

Congresso da UIA: as lições práticas e políticas do encontro

Com a derrota da candidatura Fábio Penteadão à vice-presidência da UIA, a direção nacional do IAB decidiu reformular os métodos de trabalho da entidade e inaugurar uma nova política nacional e internacional. Essas foram as declarações do presidente Miguel Pereira feitas à Arlindo Mungióli, enviado especial do *Arquiteto* à Madri, que nas páginas 10 a 14 comenta os trabalhos do congresso e da assembléia eleitoral.

A nova política de habitação do governo paulista

Para enfrentar uma demanda que, em 1980, atingirá 1,8 milhão de moradias, o Estado promoverá uma profunda alteração na política habitacional. Em entrevista exclusiva para o jornal *Arquiteto*, os secretários Roberto Cerqueira Cezar e Rafael Baldacci analisam o problema e discutem os novos planos. Leia nas páginas 19 a 22.

Novas eleições no Sindicato da Guanabara

Com três anos de existência, o Sindicato de Arquitetos na Guanabara prepara-se para eleger a sua segunda diretoria. As eleições estão marcadas para junho e julho, em terceira convocação. Na página 4, o relatório da primeira gestão, presidida por Peter Schwizer.

Aeroportos: estrangeiros não serão chamados

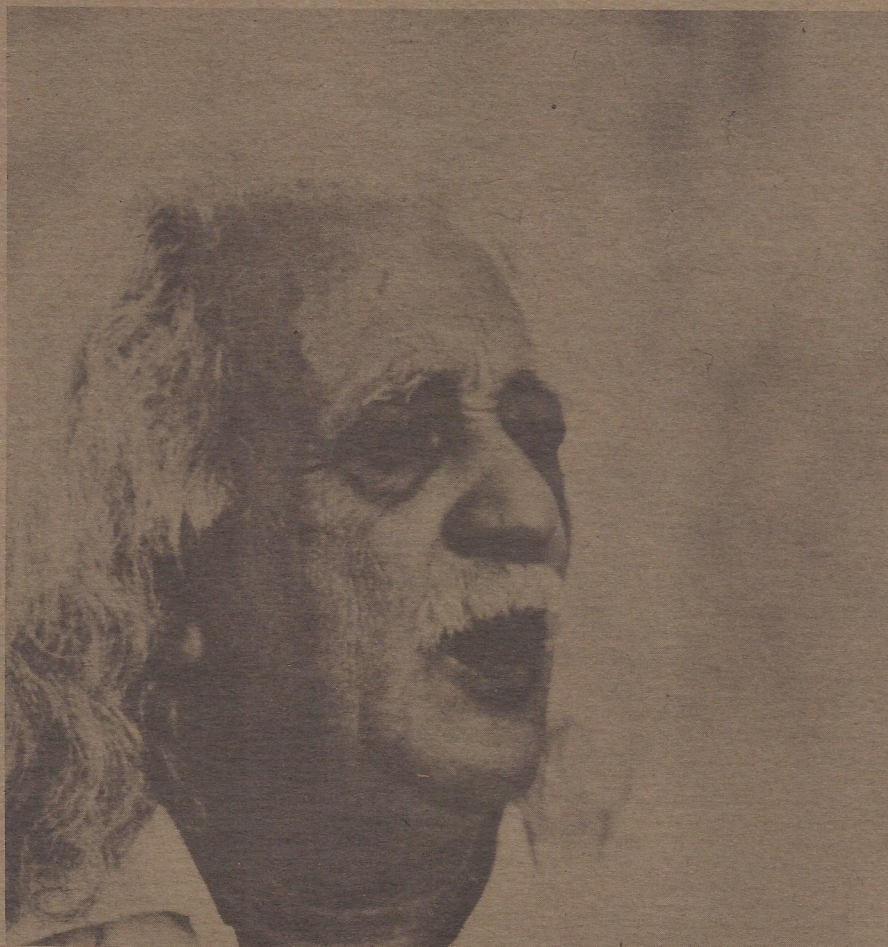
Explicando declarações que preocuparam os arquitetos e engenheiros nacionais, o secretário de Transportes de São Paulo afirma que não pretende contratar técnicos estrangeiros para os trabalhos de projeto e execução dos aeroportos paulistas. Leia na página 4.

Luis Saia: a preservação da memória nacional

Com a morte do arquiteto Luis Saia, os movimentos de preservação da cultura brasileira perdem um de seus mais valiosos lutadores. Página 3.



Luís Saia, ou a luta pela nossa memória



Silvia Fischer

Para se falar em Luís Saia é preciso abrir mais um capítulo da luta dos intelectuais brasileiros pela preservação da memória nacional. Para Rui de Azevedo Marques, secretário-executivo do Condephaat — Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico-Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado —, a participação do professor Luís Saia como conselheiro da entidade foi inestimável. “Embora se diga que ninguém é insubstituível, neste caso o provérbio encontrou uma exceção. Foi uma perda irreparável”, afirma Azevedo Marques, que conviveu em boas e más horas com Luís Saia, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — IPHAN — em São Paulo. Contudo, muito mais que diretor de um dos organismos empenhados na luta contra a dilapidação da cultura brasileira, Luís Saia foi um dos seus mais

destacados porta-vozes.

O arquiteto Carlos Lemos, diretor-técnico do Condephaat, lembra que “em 1937 Paulo Duarte agitou a idéia da criação de um órgão oficial em defesa de nosso patrimônio cultural e artístico. Mário de Andrade gostou e aderiu, levando consigo Luís Saia, que tinha na época 25 anos e estudava arquitetura e engenharia”. Após a morte de Mário de Andrade, a quem acompanhou até o último momento, Saia assumiu o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, um posto avançado na batalha cultural da época, sustentando lutas que amigos e inimigos lembram como “heróica”, sem nenhum exagero de linguagem.

Dividindo seu tempo entre o ensino, a atividade em organismos oficiais e a máquina de escrever, Luís Saia

era um intransigente humanista, acompanhando de perto os mais agudos itens da história da defesa do patrimônio e mantendo posições irredutíveis sobre sua preservação.

Eis um exemplo, narrado por Rui de Azevedo Marques. Em 1972 os dois viajaram exaustivamente pelo litoral paulista, antecipando no possível a preservação do patrimônio já ameaçado pela predação dos investimentos turísticos. “Em diversas conferências pelo país, na época, Luís Saia revelou seu profundo conhecimento histórico da arquitetura tradicional brasileira, além de manter firme seu radicalismo em defesa dos bens culturais brasileiros.”

Carlos Lemos lembra, entretanto, um fato de grande importância: Saia faleceu antes de saber que seu nome foi proposto pelos professores Flávio Motta e Nestor Goulart Reis, da FAU-USP, para dirigir os cursos de pós-graduação em restauração. O convite seria — além de levar para a vida acadêmica um dos mais experientes homens do país no setor — uma oportuna reparação à injustiça que Saia sofreu há 27 anos.

“Em 1948 o professor Saia foi impedido de tentar assumir a cadeira de História da Arquitetura Brasileira na FAU, em uma atitude tomada com nítidos sinais de intolerância. Esse fato marcou-o profundamente, pois bloqueava o seu acesso à uma contribuição maior para a causa da preservação da riqueza patrimonial brasileira. Apesar disso, não perdeu o contato com os estudantes, que chegaram a se movimentar para exigir a revisão daquela atitude.”

Um dos últimos trabalhos em que Saia estava empenhado era o da reconstrução da Fazenda Pau d'Alho, no vale do Paraíba, um singular exemplar das construções rurais do início do século XIX. Com 2.400 metros de área construída num terreno de 12 alqueires, Pau d'Alho foi comprada pelo IBC e em sua sede será instalado o Museu Nacional do Café. A própria compra e preservação da área resultou de uma luta que ocupou Saia durante quase três décadas e o levou a procurar um a um cada novo diretor do IBC na tentativa de convencê-los a restaurar o conjunto e utilizá-lo como museu.

ARQUITETO

Ano III número 25

Junho 1975

Tiragem: 12.000 exemplares

ARQUITETO publicação do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo e Schema Editora Ltda.

Editado por **SCHEMA EDITORA LTDA.**
Redação, Administração e Publicidade: Rua Frei Caneca 322 - torre, telefone: 257-7049 CEP 01307 — São Paulo. Distribuição nacional dirigida a arquitetos, órgãos de governo e construtoras. Circulação nacional.
Assinatura (12 números), Cr\$ 100,00.
Número atrasado, Cr\$ 10,00.

SASP

Presidente: Geraldo Vespasiano Puntoni; **Vice-Presidente:** Paulo Lúcio de Brito; **Secretário:** Teru Tamaki; **Tesoureiros:** Ricardo

Chahin e Léo Bonfim Júnior; **Diretor:** Sérgio Teperman; **Suplentes:** Helène Afanasieff, Nelson Andrade, José Expedito Prata, Luís Gonzaga de Camargo, Ana Maria Dente, Paulo Sérgio de Souza e Silva.

Conselho Fiscal — William Munford, Rordnei Guaraldo, Antonio Melchor (Efetivos); Maria Cecília Closs Scharlach, João Clodomiro Browne de Abreu, Paulo Celso Dornelles del Picchia.

IAB-SP

Presidente: Eurico Prado Lopes; **Vice-Presidentes:** Benno Michael Perelmutter, Ruy Gama, Eduardo Corona; **Secretário-geral:** José Magalhães Junior; **Secretários:** Walter Renan Abreu Maffei, Maria Cecília Closs

Scharlach; **Tesoureiros:** Nedir Falqueiro, Tito Lívio Frascino; **Diretores:** Haron Cohen, José Cláudio Gomes, Fábio Goldman, Rita Olmo Aprigliano, Rogério Antônio Dorsa Garcia, Alessandro Ventura; **Conselho Fiscal:** Geraldo Vespasiano Puntoni, Leon Dikstejn, Vasco de Mello; **Representantes no Conselho Superior:** João Batista Vilanova Artigas, Paulo Archias Mendes da Rocha, Sérgio Zaratini, Israel Sancovsky, William Munford, Fuad Jorge Cury (titularés), Jorge Wilhelm, Maurício Kogan, Francisco Petrarco; **Grupo Executivo de Divulgação do IAB:** Tito Lívio Frascino (coordenador).

ARQUITETO

Diretor responsável: Fábio Pentead; **Editor:** Vicente Wissenbach; **Diretor de Redação:**

Arlindo Munglioli; **Publicidade:** Luiz Carlos Onaga; Anita Alvite, Eros Leiot Filho, Eros Santone (Rio); **Diretor Adjunto:** arq. Sérgio Teperman; **Coordenadores:** Helène Afanasieff, Maria Helena Flynn; **Editoria:** Vivaldo Tsukumo (editor gráfico), José Roberto da Silva (editor assistente/redação), Paulo Caruso (ilustrações), Irene Fumie Kimura (Assistente produção), Jéthero de Faria Cardoso Jr.; **Colaboradores:** Arquitetos César Bergström Lourenço, Cristiano Mascaro, Teru Tamaki, Stenio José Ferreira (Rio), Ephim Shluger (EE.UU.); **Fotografia:** Fotógrafos Associados; **Composição:** Linotipadora Godoy Ltda.; **Fotolitos:** Takano Artes Gráficas; **Impressão:** Companhia Lithographica Ypiranga; **Produção:** Schema Editora Ltda.

Guanabara: três anos de luta sindical

O Sindicato dos Arquitetos no Estado da Guanabara, o segundo a ser criado no país, está encerrando o seu primeiro triênio de atividades, com novas eleições marcadas para os dias 14 de junho, 4 de julho e 14 de julho próximos.

Para o arq. Peter José Schweizer, que encerra seu mandato como o primeiro presidente do órgão, a tarefa de gerir o sindicato recém-organizado era, na época, "um desafio do qual tínhamos plena consciência. Tratava-se de estruturar uma entidade de classe, criada a partir do trabalho de um grupo de abnegados arquitetos que com seu esforço ofereceram à classe um órgão capacitado legalmente para proceder à defesa de seus interesses no exercício da profissão".

Conta Schweizer que o início da atividade sindical na Guanabara teve de enfrentar tanto o desinteresse como o desconhecimento de boa parte dos profissionais cariocas sobre o grande potencial de uma entidade dessa natureza. Contudo, tais obstáculos "nunca esmoreceram o nosso ânimo, pois sabíamos e acreditávamos na importância de nossa missão. Igualmente, recebíamos o permanente apoio de colegas que viam no Sindicato um instrumento consistente para apoiar as lutas da classe, cada vez mais intensas nesta fase de grande competição e modificação do nosso campo de trabalho".

Uma estrutura

A primeira luta enfrentada, narra o arq. Schweizer, foi a de criar uma es-

trutura administrativa. Assim, montou-se um quadro em quatro níveis: de decisão, de orientação, como infra-estrutura e apoio e para execução de metas.

Organizados os quadros internos, o Sindicato da Guanabara começou o programa de ação, destacando-se "a criação de uma agência de colocação capaz, por um lado, de promover a ampliação do mercado de trabalho existente e, por outro, informar aos arquitetos interessados a respeito de possibilidades de emprego". A agência, reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 1973, realizou campanha de âmbito nacional junto a órgãos públicos e privados, esclarecendo quais os papéis em que o arquiteto poderia atuar, procurando abrir novos campos de trabalho, especialmente para os recém-formados.

Batalhou-se também em outras áreas. Está em pleno funcionamento o programa de assistência jurídica; assinou-se convênio com o Costa Brava Clube para uso da sede social; estudou-se convênio com grupo de assistência médico-hospitalar; conseguiu-se a doação de imóvel para instalar a nova sede, aguardando-se apenas a desocupação do prédio.

Também foram, nestes três primeiros anos de atuação, realizados estudos e jornadas sobre importantes problemas, tais como o Encontro de Arquitetos Recém-Formados, "que permitiu caracterizar alguns dos entraves básicos desse contingente de profissionais que anualmente ingressa na prática da arquitetura e do planejamento urbano". Sobre a ques-

tão sindical, organizou-se também o I Encontro de Sindicatos de Arquitetos, com a presença das representações do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia e das Associações Profissionais do Pará, Pernambuco e Minas Gerais. "Desse encontro — diz Schweizer — surgiram diretrizes de ação e informações que estão possibilitando um trabalho integrado entre essas entidades. O primeiro efeito desse trabalho refletiu-se na formação do quinto sindicato no Brasil, em Pernambuco, que irá possibilitar a criação da Federação de Arquitetos."

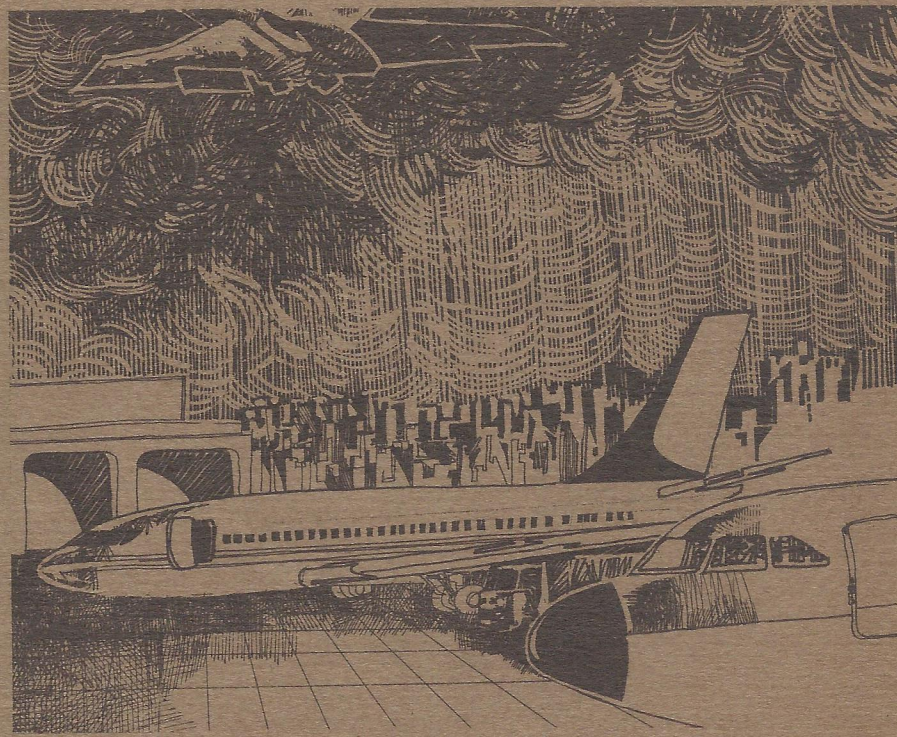
"Com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, deverá o Sindicato dos Arquitetos ampliar sua base territorial para uma abrangência no Estado do Rio de Janeiro", acrescenta o arq. Peter José Schweizer. "Tendo em vista as deliberações tomadas no I Encontro de Sindicatos de Arquitetos, observa-se a existência de Estados na federação onde dificilmente existirão condições para a criação de novos Sindicatos de Arquitetos. Dessa forma, deveriam os sindicatos existentes ampliar suas respectivas bases territoriais, visando outras áreas onde se faz necessária a ação sindical. Assim, caberia à Guanabara atender o Espírito Santo, onde apenas 80 profissionais exercem suas atividades." Por outro lado, concluiu Schweizer, o apoio ao Sindicato significa acreditar "na importância de nosso trabalho e da contribuição que estamos em condições de dar ao progresso e desenvolvimento desta nação".

Aeroportos: técnicos brasileiros são necessários

Ao afirmar que não pretende recorrer à contratação de técnicos ou empresas estrangeiras para atuar nos projetos de construção dos aeroportos de São Paulo, o secretário de Transportes do Estado, Thomás Pompeu Magalhães, diminuiu as apreensões de arquitetos e engenheiros brasileiros. Estes estavam preocupados com declarações do próprio secretário (publicadas no jornal "O Estado de São Paulo", 3/4/75) e do presidente do Infraero, brigadeiro Hélio Costa (feitas em São Paulo, na mesma época), que, de certa forma, reabriram o debate sobre a proteção à tecnologia nacional.

Para Magalhães, a defesa dos técnicos nacionais é uma premissa já firmada. "O que pretendemos fazer — afirmou ao jornal ARQUITETO — é contratar um, apenas um, consultor internacional, de renome indiscutível, que trabalharia na fase de análise de projetos. Tal hipótese conta com o apoio do Infraero que, através de seu presidente, sugeriu que se solicite à Organização das Nações Unidas a indicação de um nome."

"Os aeroportos representam um vultoso empreendimento para o Estado — diz Magalhães — e é natural que adotemos uma série de precauções. Porém, o papel dos técnicos



brasileiros está assegurado e para nós sua participação ampla e efetiva é absolutamente indispensável. A contratação de 'know-how' estrangeiro seria justificável apenas em setores onde o Brasil ainda não tem

experiência firmada em obras precedentes, como seria o caso de usinas de urânio, por exemplo. Não no caso dos aeroportos, onde os técnicos nacionais, entre eles os arquitetos, têm uma valiosa contribuição a dar."

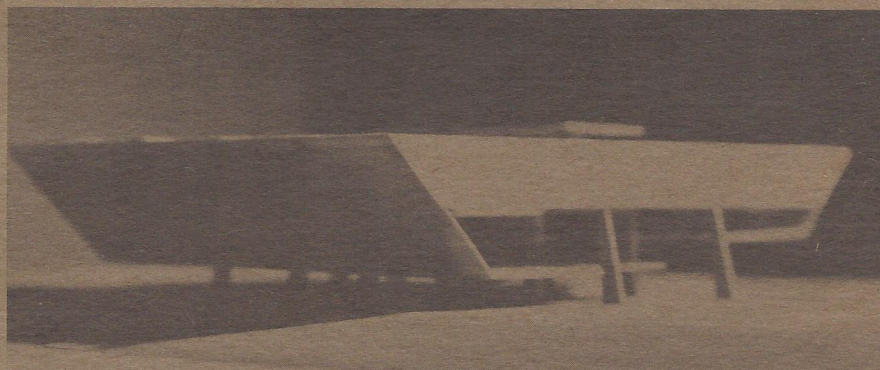
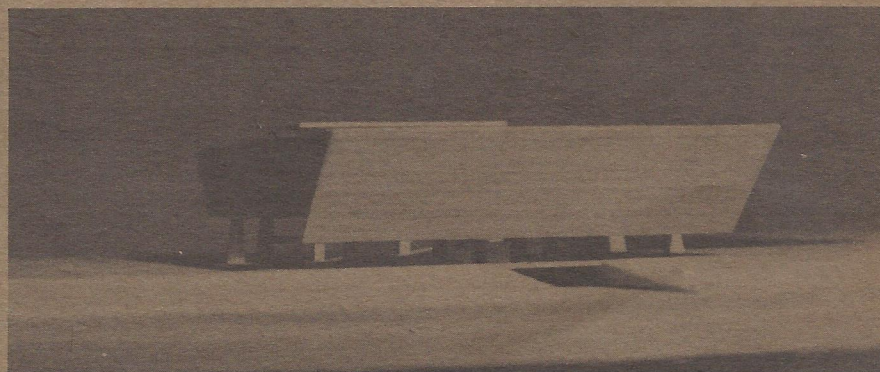
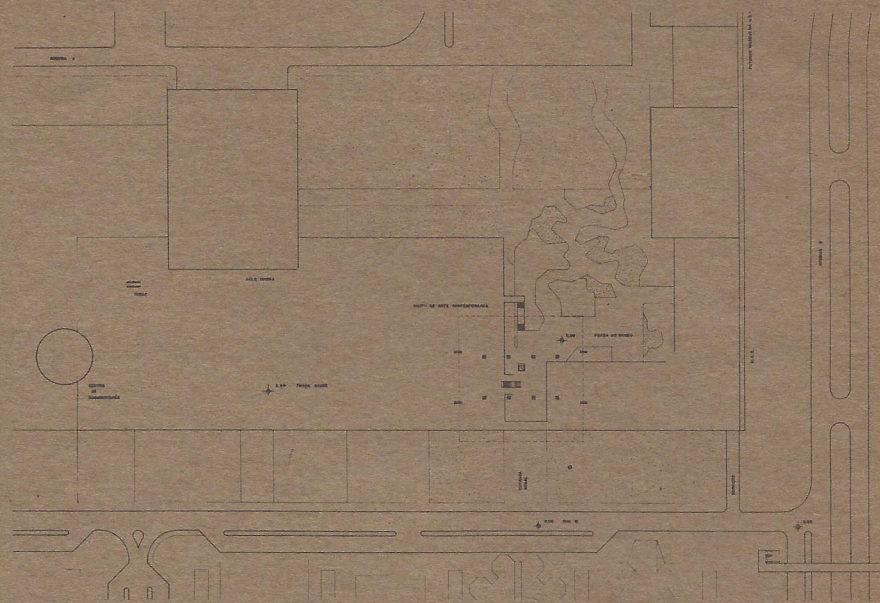
MAC-USP, um prédio e uma proposta estética

Um prédio de museu que seja ao mesmo tempo uma proposta estética e provocadora de crítica e manifestações culturais, aberto para o fenômeno humano (a cidade) e para a indagação científica (a universidade). As maquetas que visualizam em micro-escala esta abordagem arquitetônica para o novo prédio do Museu de Arte Contemporânea da USP — o maior acervo nacional de obras plásticas da atualidade — estão expostas na sede atual do MAC, no Ibirapuera.

O anteprojeto do MAC-USP — elaborado por Jorge Wilhelm Arquitetos Associados e arquitetos Jorge Wilhelm e Paulo A. Mendes da Rocha — é o primeiro degrau para a concretização de uma velha aspiração do que se pretende ser a praça central da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira. O trabalho da equipe definiu-se a partir da proposição da comissão do MAC — professores Walter Zanini, Donato Ferrari, Ulpiano B. Menezes, Luiz Villares e arquiteto Eduardo Kneese de Mello — em busca de um prédio que revele “plena consciência da filosofia que orienta atualmente o museu de arte do século XX, em seus aspectos mais avançados, no relacionamento com o artista, com os estudiosos da arte e com o público em geral”.

Nesta óptica de coexistência entre as funções tradicionais de um museu e de participação direta no processo artístico, o MAC-USP deixará de apoiar-se exclusivamente na realidade que o antecede — a obra de arte — para atuar concomitantemente junto ao artista, em seus empreendimentos isolados ou de motivações interdisciplinares. Envolver-se no ato criador é a idéia central do novo museu.

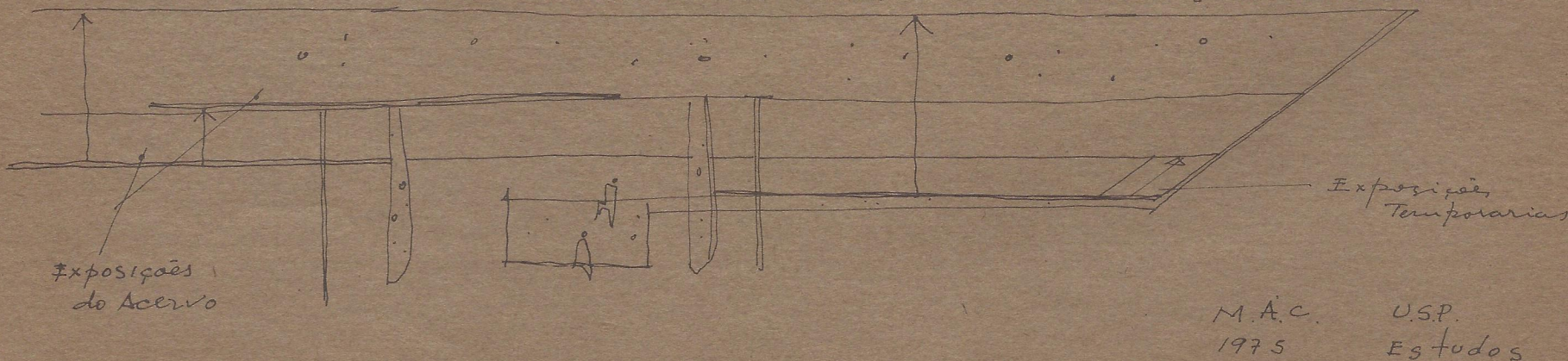
Na praça central, o MAC-USP deverá ser um dos três prédios previstos no organograma do FUNDUSP, além de um “Centro de Documentação e Informações” e de um auditório para solenidades acadêmicas, a “Aula Magna”. Ao mesmo tempo, a proposta do anteprojeto do MAC-USP abre caminho para a integração ampla em sua estrutura de alguns museus da universidade, tais como o Museu de Antropologia e Arqueologia e o Museu de História e Geografia. A “Praça” ficará em área de 120 por 260 m, sobre um talude elevado. Ao lado do



corpo central do museu está previsto o prédio para Serviços Gerais e Museologia, com espaços verdes para manifestações ao ar livre. No corpo central, térreo, ficarão os serviços gerais de direção, auditórios, cinema, etc. Suspensos na estrutura estão os recintos de exposições, interligados por rampas. Acima, no último estágio da estrutura, a Direção Científica com as salas de trabalho e reuniões, em um edifício autônomo

e transversal aos recintos de exposições.

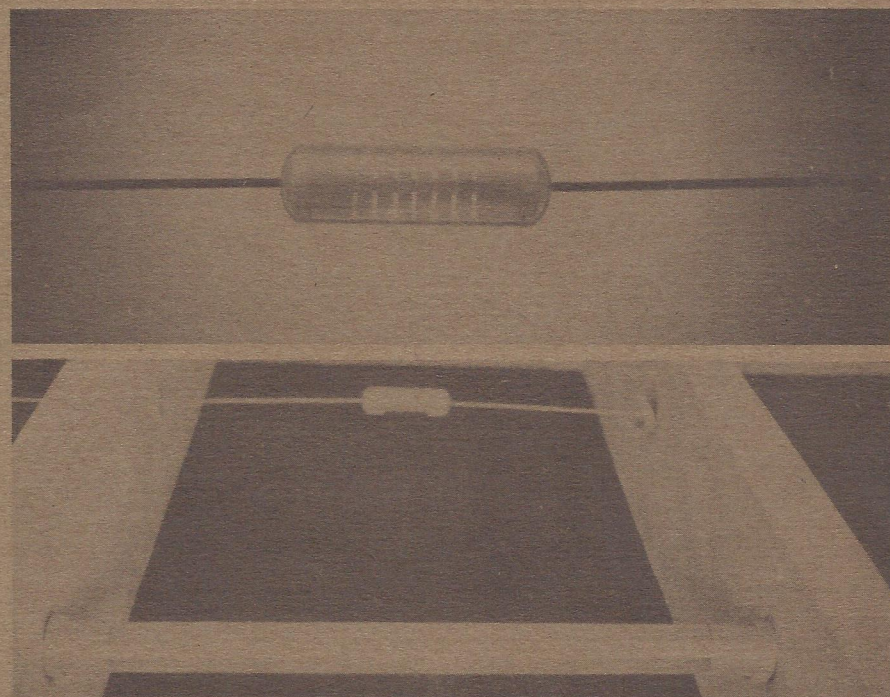
Participaram ainda do anteprojeto do MAC-USP, como arquitetos colaboradores: Sílvio Sawaia, Leo Tomchinsky, Maria Helena B. Moraes Flynn, Newton Y. Arakawa, César Bergstrom Lourenço, Edson Ueda; estagiários: Cláudio Dias, Ércules Turbiani, Luís Bruno Albuquerque; Modelos: Kenji Furuyama; projeto de estrutura: engenheiro Mário Franco.



Mostra no MASP homenageia memória de Lívio Levi

O IAB-SP, o MASP e a Associação Brasileira de Desenho Industrial — ABDI — reuniram-se para prestar, com uma mostra retrospectiva, homenagem póstuma àquele que, no dizer de Décio Pignatari, foi pioneiro no Brasil no desenho de jóias e na técnica de iluminação de interiores. Lívio Levi, membro da diretoria do IAB-SP e da ABDI, falecido prematuramente aos 40 anos, deixou uma extensa obra artística e arquitetônica. “A obra legada por Lívio Levi pode ser caracterizada por dois elementos: precisão e um inflexível compromisso com o bom desenho. A concepção profissional que ele tinha do problema da iluminação de edifícios foi pioneira no Brasil. Abriu um campo novo com a coragem de quem possui convicções serenas. O respeito com que tratava, com a luz, o espaço arquitetônico é uma lição a ser profundamente meditada. Sua ausência deixa um vazio humano irreparável. Mas sua obra e lição permanecem”, comenta o arquiteto Jorge Willheim.

Para Décio Pignatari, Levi “era um ‘designer’ no sentido amplo da palavra. Deixou obra extensa e variada, que inclui realizações como projetos de edifícios, fábricas e decorações de interiores; protótipos para linhas de móveis, ferragens e luminárias, além do desenho de jóias”. Nascido em Trieste e naturalizado brasileiro, foi também um dos fundadores da ABDI, integrando sua delegação em quatro congressos internacionais — Viena, Montreal, Londres e Barcelona. Conquistou diver-



sos prêmios internacionais, entre eles o Prêmio Especial do Júri da II Bienal Internacional de Artes Aplicadas, de Punta del Este, em 1967; Prêmio IAB-SP de Desenho Industrial Aplicado à Arquitetura, no mesmo ano; Prêmio Roberto Simonsen de Desenho Industrial, de 1968. Formado em arquitetura em 1956, integrou-se na equipe dos arquitetos Henrique Mindlin e Jean Carlo Palotti. Em 1965 iniciou seu trabalho como designer — hoje seu escritório passou a ser dirigido pela arquiteta Ester Gutfreund —, que teve co-

mo primeira tarefa realizar o projeto de iluminação interna e externa do prédio do Ministério das Relações Exteriores.

Além dessa obra foram desenvolvidos, também, outros projetos de iluminação que fixaram modelos no tratamento do problema da luz em arquitetura, tais como o da Catedral de Brasília, do edifício da Bloch Editores, dos pavilhões do Parque Anhembi, da sede do Jôquei Clube do Rio, além do prédio central do Jornal do Brasil e do Anexo-2 do Senado Federal.

Na Bahia, I Encontro de História

Promovido pela Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura, o I Encontro de Professores de História da Arquitetura e Teorização reuniu, no princípio de junho, em Salvador, docentes das diversas faculdades do país para discutir o seguinte temário: História e Projeto — relatado por Eduardo Corona, da FAU-USP; Arquitetura no Brasil: critérios de estudo — relatado por Silva Telles, da FAU-Rio; Educação e Pesquisa: situação atual e recomendável — pelo prof. Coutinho, da FAU de Brasília. O encontro foi presidido pelo prof. arq. Américo Furtado Simas, da Bahia, e coordenado por Flávio Motta e Ruy Gama, da FAU-USP, servindo como

amplo retrospecto do ensino e discussão crítica da História nas escolas de arquitetura.

Para o Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP — em comunicação apresentada pelos profs. Júlio Katinsky, Eduardo Corona, Benedito Lima de Toledo e Carlos Alberto Lemos —, “as escolas de Arquitetura e Artes tendem a incorporar as disciplinas históricas em seus currículos de graduação. Esta incorporação, entretanto, não tem sido avaliada com o necessário rigor que a imensa tarefa de educar um enorme contingente de jovens para a atividade criadora propõe e exige”.

O comunicado propôs a discussão do temário segundo dois grupos de problemas “de preocupação permanente, e que têm sido colocados por todos aqueles que pretendem configurar um panorama amplo e coerente do exercício da Arquitetura. Podemos afirmar que as respostas a essas questões marcaram cada etapa da nossa civilização”.

Os itens foram: 1) papel das disciplinas históricas na formação do arquiteto e necessidade do ensino da História da Arquitetura; o porquê, o quê e como ensinar; 2) situação e critérios de estudo e ensino da História e da História da Arquitetura no Brasil.

Bronzearte oferece a alternativa para o seu projeto de iluminação.

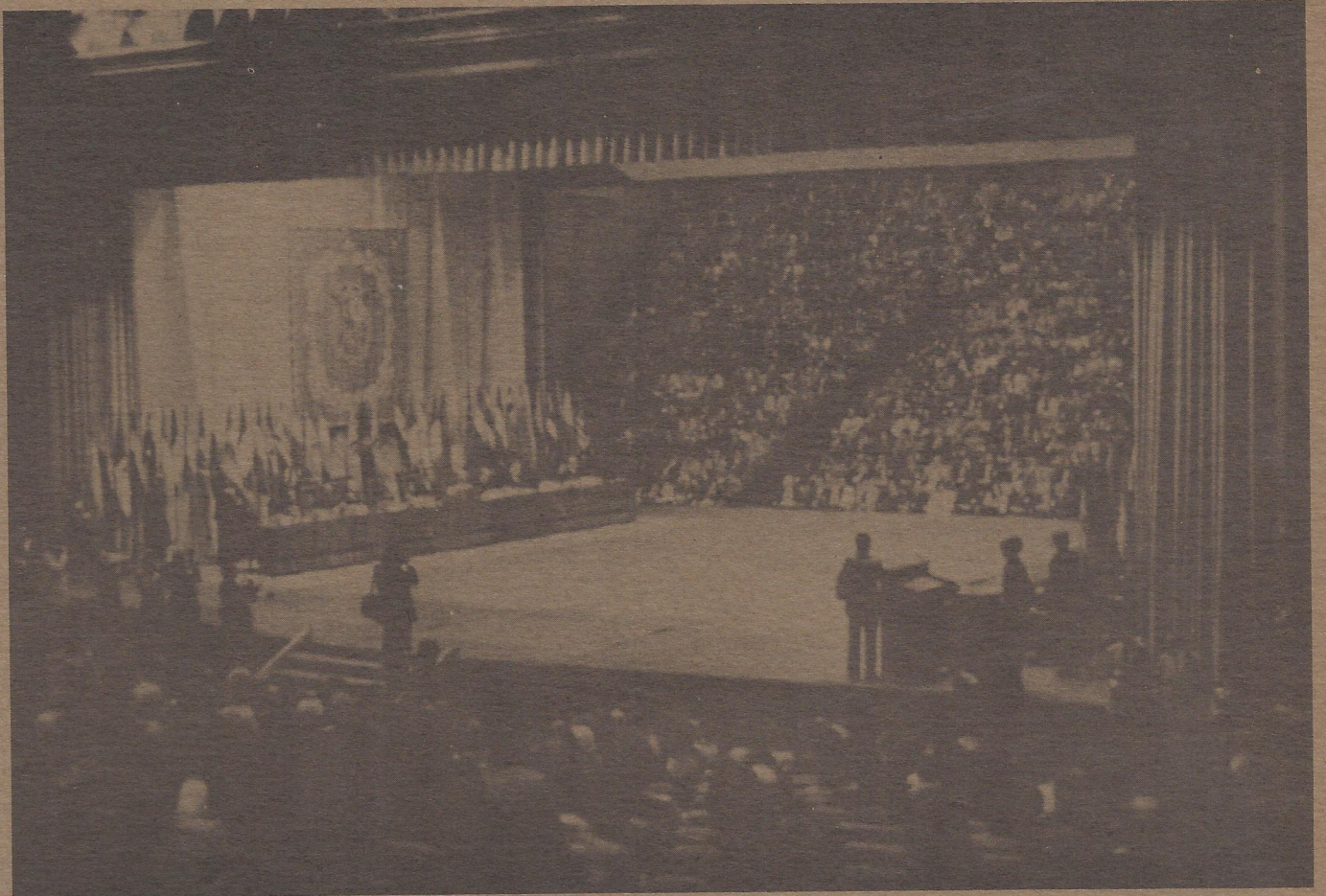
Linha completa de lustres

ou a fiel execução do seu design.

BRONZEARTE

Rua Oscar Freire, 1732 Tel. 282-0459 - São Paulo

Os múltiplos significados da Torre de Babel



No Museu de Viena, pintado em 1563 por Brueghel, o velho, existe um detalhado e multicolorido quadro, uma concepção realista e minuciosa da bíblica Torre de Babel. O quadro, com seus múltiplos significados, foi escolhido como símbolo do XII Congresso Mundial da União Internacional de Arquitetos e, em incontáveis reproduções, foi espalhado por pelo menos 78 países dos cinco continentes, convocando os profissionais de todo o mundo para o encontro marcado em Madri.

A escolha não poderia ter sido mais feliz e oportuna. Babel é a busca da utopia, a busca de conagração entre os povos, a tentativa de erguer uma edificação portentosa e perfeita. E é, sobretudo, a frustração de assistir elevados ideais desaparecerem submersos ante uma onda de desencontros e confusões.

Ao XII Congresso da UIA, realizado de 5 a 9 de maio, não faltaram os desencontros e as confusões. A começar por uma desastrosa organização que em suas desculpas afirmou esperar entre mil e mil e quinhentos congressistas, quando esse número já fora superado em 1958, no Congresso de Moscou (1.500 delegados); em 1961, no Congresso de Londres (2.000 delegados); de Cuba, em 1964 (2.000 delegados); de Paris, de Praga, de Buenos Aires e de Varna. A Madri chegaram entre 2.300 e 2.800 delegados (será difícil estabelecer o número exato) e essa massa de múltiplas nacionalidades somada aos pelo menos 700 espanhóis inscritos destruiu planos e expectativas.

O acesso às 10 excelentes publicações editadas pelos organizadores

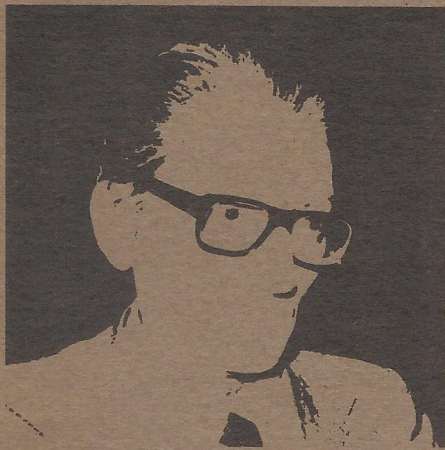
tornou-se um singular privilégio. Apenas arquitetos formados, que portassem na lapela um crachá de cor bege, puderam recebê-las. Os estudantes (crachá cinza) não tiveram acesso ao material, apesar de terem pago em dólares suas respectivas inscrições. Como os crachás de cor bege também eram poucos, inúmeros arquitetos retardatários receberam o crachá cinza reservado aos estudantes e, assim, também não lograram obter as publicações.

Ante a sólida indiferença dos organizadores do congresso de nada adiantaram os protestos de estudantes e arquitetos que ficaram privados dos volumes que continham todas as teses e trabalhos realizados nas fases preparatórias e que constituíam o material mais valioso que se poderia obter no encontro internacional. Eles tiveram que se contentar em ouvir — uma boa parte de fora do salão de conferências, que não comportava todos os inscritos — palestras curtas e pouco elucidativas sem a menor possibilidade de intervenção e debate, pois uma pergunta ou proposta ao orador deveria ser entregue à secretaria com um dia de antecedência e é impossível questionar o que se desconhece.

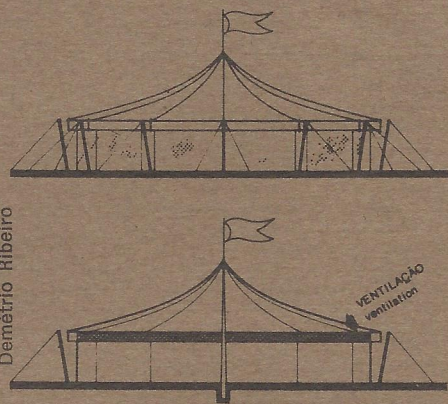
Contudo, esses ainda tiveram relativa sorte, pois outros arquitetos e estudantes de vários países não conseguiram êxito na extenuante tarefa de realizar ou confirmar suas inscrições e foram barrados na porta, no segundo dia de encontro. Esses, entretanto, puderam assistir a uma manifestação que passou quase despercebida pelos demais congressistas. Estudantes de arquitetura espanhóis

tentaram forçar a entrada do "Palácio de Congressos" para realizar uma manifestação contrária a um anteprojeto prestes a ser convertido em lei que altera o funcionamento dos "Colégios Profissionais", entidades máximas dos profissionais liberais da Espanha. Segundo Juan González Cebriá, presidente do Conselho Superior do Colégio de Arquitetos, o anteprojeto aumenta os controles estatais e retira das entidades sua autonomia e sentido democrático. Em carta lida diante do plenário, no intervalo entre uma e outra exposição, a entidade dos arquitetos espanhóis, por seu presidente, afirmou lamentar a circunstância que obrigava sua direção a se afastar dos trabalhos para se dedicar à tarefa mais urgente de estudar e agir contra a decisão governamental.

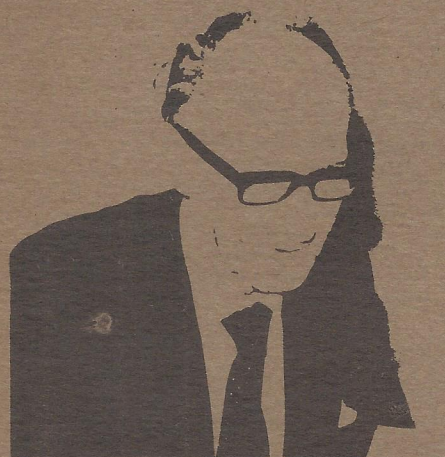
Da parte dos congressistas houve pouca reação ao episódio. Ao final do encontro, entretanto, o Conselho Superior da UIA divulgou um comunicado onde afirma que, de acordo com seus fins estatutários, decidia "prestar seu apoio a todas as ações da seção espanhola que tenham como objetivo manter a estrutura democrática de sua organização, reforçar a solidariedade de todos os arquitetos espanhóis e, sobretudo, sua possibilidade de livre atuação a serviço do conjunto da sociedade". Essa foi a única nota política do congresso. Mesmo solicitada a dar outras declarações — como por exemplo pedir ao governo chileno a libertação de um grupo de arquitetos presos, acusados de atividades contra o regime —, a direção da UIA preferiu que os trabalhos se limitassem exclusivamente ao tema proposto.



Demétrio Ribeiro



Circo (FAUFRJ)



Joaquim Cardozo



Rafael De La Hoz



AUGUSTE BERRET

Criatividade e arquitetura

Esses e outros episódios menores contribuíram para que o encontro fosse realizado num ambiente de certa tensão. Entretanto, embora tais fatos tenham desagradado profundamente a um bom número de congressistas — especialmente os mais jovens —, o XII congresso da UIA alcançou momentos de grande importância em termos de intercâmbio de experiências profissionais, de desenvolvimento teórico de determinados aspectos da arquitetura e, especialmente, de uma saudável confraternização entre os membros nacionais de uma entidade mundial dedicada, entre outras coisas, a incentivar uma paz que se sobreponha a regimes e interesses políticos.

Na sessão solene de abertura — presidida pelo príncipe e herdeiro do governo espanhol Juan Carlos de Borbón Y Borbón —, que contou com a presença do presidente das "Cortes" da Espanha, Alejandro Rodriguez de Varcarel, e do vice-presidente e ministro do governo, José García Hernández, o arquiteto espanhol Rafael de La Hoz fez a explanação geral sobre o tema "A Criatividade Arquitetônica", que viria balizar os debates e exposições feitas a seguir. Depois de três árduos dias de trabalho em plenário, nas comissões e grupos de debate, na sessão de encerramento de La Hoz leu as conclusões do conclave que, de certa forma, representam uma unidade de pensamento dos arquitetos de todo o mundo (ver matéria). O documento contém a síntese de 915 trabalhos escritos, de observações teóricas de 15 conferencistas que desenvolveram

aspectos do tema central do Congresso e de 142 intervenções orais ou escritas feitas durante o encontro. A estrutura absolutamente rígida do Congresso, aliada à necessidade de encontrar pontos de concordância geral, naturalmente fez com que algo (ou muito) ficasse de fora do documento final. Para os países latino-americanos, inclusive o Brasil, os trabalhos de Madri se afiguraram tão insatisfatórios que, em reunião paralela, eles decidiram fixar, em documento à parte, sua posição independente. A "carta dos latino-americanos" está bastante apoiada nas conclusões finais da tese brasileira ("Criatividade Arquitetônica e Subdesenvolvimento"), com a qual apresenta inegável semelhança.

A "carta americana"

Para os arquitetos latino-americanos, "o alcance da criatividade arquitetônica está determinado pelas condições econômicas, políticas e sociais imperantes em um momento dado. Somente transformações profundas — ao eliminar todos os antagonismos de interesses e alcançar o desenvolvimento econômico, político e social conforme objetivos comuns bem definidos — abrirão a possibilidade de soluções criativas que abranjam em sua totalidade os problemas arquitetônicos colocados pela sociedade em seu desenvolvimento.

"A criatividade arquitetônica não pode ser avaliada somente pelas formas, espaços ou linguagem utilizados na solução de um problema isolado, senão como resposta eficiente aos problemas que concernem a toda a sociedade e em função da posterior

aplicação generalizada desta resposta.

"A diversidade e a complexidade dos fatores que intervêm em um processo de criação arquitetônica desta índole demandam a participação de equipes interdisciplinares — unidas por objetivos comuns e que utilizam métodos de trabalho previamente estabelecidos — como forma de alcançar as soluções ótimas.

"Somente por meio da industrialização da construção pode-se dar resposta às grandes necessidades construtivas da sociedade, e por isso o arquiteto deve adestrar-se no emprego da normalização, da coordenação modular, da tipificação e da pré-fabricação, para ajudar eficientemente na consecução deste objetivo.

"Todo o já exposto implica na necessidade de orientar a formação de novas gerações de arquitetos dentro dos princípios da solução dos problemas sociais da arquitetura, do trabalho em equipe e da industrialização das construções.

"Para alcançar estes objetivos é fundamental a vinculação dos estudantes com a realidade de cada país desde sua etapa de aprendizagem, familiarizando-os com os distintos processos produtivos e unindo sua participação na solução dos problemas construtivos gerados pela sociedade em seu desenvolvimento.

"Ratificamos os valores da UIA como entidade integradora das aspirações de paz e fraternidade de todos os arquitetos do mundo, para o que solicitamos o máximo esforço nesse sentido.

"Sobre a participação da América Latina dentro da UIA, cabe-nos expressar que nossa unidade cultural exige

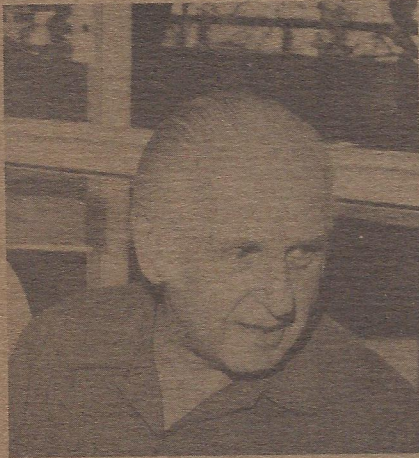
uma participação solidária que seja o reflexo de nossos pontos de vista. Desta forma, pedimos a real materialização do Ponto II dos objetivos da UIA, quando afirma 'manter, acima das fronteiras nacionais ou políticas, livres contatos profissionais entre os arquitetos de todos os países do mundo'. Tais condições devem ser asseguradas em nossa América Latina para conseguir e desenvolver a livre confrontação das distintas respostas e conquistas obtidas na solução dos nossos problemas".

Tese brasileira

Demétrio Ribeiro, arquiteto gaúcho, relator da tese brasileira, por sua vez apresentou ao plenário uma síntese do trabalho encaminhado a Madri pelo IAB Nacional.

"Este Congresso — disse — realiza-se sob o signo da criatividade arquitetônica individual, sob o signo da arquitetura dos grandes. Creio que seria perigoso limitar nossa visão da arquitetura somente a esses aspectos individuais. Seria perigoso porque poderíamos ter a ilusão de que nós, os arquitetos, criamos o espaço habitado. Na realidade, o espaço humanizado resulta de um complexíssimo processo social. A complexidade do processo cresce com o desenvolvimento da tecnologia e disso estamos todos conscientes.

"Contudo, os fatores condicionantes de ordem técnica não são o essencial. O essencial está no processo econômico-político do qual a arquitetura faz parte. O papel do arquiteto como participante desse processo depende, antes de tudo, da opinião básica de sua atitude profissional.



Pierre Vago

Pode, por exemplo, limitar-se a dar a melhor forma possível aos objetos do grupo social para o qual trabalha. Pode também, ao contrário, representar as aspirações mais profundas da sociedade em evolução no pro-

cesso social da criação, processo quase sempre contraditório.

"Para muitos arquitetos, em muitos países do mundo, existe a dúvida de saber se somos ou não, ou em que grau somos os instrumentos da especulação comercial ou da demagogia política. Acontece que na prática real de nossa profissão todas as circunstâncias tendem para isso e corremos sempre o risco (quando é somente o risco) de usar nossa imaginação para embelezar os objetivos da exploração do homem. Não querendo fazê-lo, ou seja, querendo ser arquitetos de verdade, devemos ver as coisas com toda crueza e dar-nos conta de que não somos os criadores de que tanto se fala, senão trabalhadores intelectuais como os demais, sujeitos às mesmas tentações e cujo principal dever é ajudar os nossos povos a entender a realidade em que vivem.

"Para sentir-se à altura de suas responsabilidades no seio das equipes interdisciplinares e em seus contatos com os agentes do poder político e econômico, o arquiteto de nossos dias não pode ser um ingênuo em matéria de sociedade e de política. Deve, pelo contrário, ter noções claras desses campos de atividade para saber defender, como é seu dever, os interesses da cultura e da civilização na organização do espaço habitado. Disso é que depende a presença da idéia na criação arquitetônica."

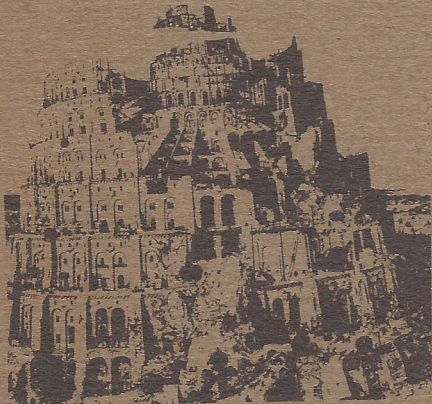
Perpétua juventude

De certa forma as contestações, desencontros, discordâncias, a confusão incoerente e a relativa frustração de alguns eram coisas previstas e fazem parte desse jogo de procurar o impossível, como bem sugere o quadro de Brueghel.

Pierre Vago, presidente honorário da UIA, ao historiar a vida da entidade e de seus congressos coloca em questão a estrutura, a organização e a própria validade de se realizarem congressos mundiais com milhares de atônitos participantes que não encontram tempo para estar presentes a todas as exposições, reuniões, assembleias gerais, mostras e tudo o mais que lhes é oferecido ao mesmo tempo.

"Por isso devemos suprimir os congressos?" — pergunta Vago. "Sinceramente, creio que não. Mas é preciso repensá-los. Os congressos são úteis e necessários. Mas é preciso adaptar sua estrutura e seu espírito à nova escala a que se chegou devido ao êxito da UIA. A capacidade de renovação demonstrará a validade de nossa entidade e confirmará sua maturidade, mas também sua perpétua juventude."

Conclusões de Madri: arquitetura a serviço dos ideais sociais



A proposta geral assinalava três objetivos fundamentais a alcançar:

1. determinar a metodologia de interdependência entre Ideação e Tecnologia, que se encontra implícita no processo do projeto arquitetônico.
2. Tornar possível ao arquiteto o domínio operativo de todas as metodologias que facilitam a solução criativa dos problemas que lhe são confiados.
3. Definir precisamente a linha formativa e sistematizar o concurso de metodologias de extrapolação necessárias para inovar.

Em resumo, as metas propostas são:

- a. reintegrar a Arquitetura.
- b. Domesticar a Tecnologia.
- c. Introduzir a Creática.

Para alcançar esses fins é preciso, inicialmente, afirmar a fé em sua viabilidade e traduzir, em seguida, esse propósito em projetos de ações específicas dirigidas a destinatários executivos concretos.

Tais destinatários são: 1) os educadores; 2) os arquitetos e 3) a sociedade.

Conseqüentemente obtemos em primeiro lugar três declarações de princípios e, a seguir, nove conclusões — propostas de atuação —, resultantes das combinações entre tais objetivos e destinatários.

Premissas

1. É possível e necessária a reintegração das duas vertentes atuais da Arquitetura — Arte e Técnica — em um só ato criativo, concebido como um processo de síntese. Impõem-se a investigação das metodologias que sejam apoio e reflexo de tal processo unitário.
2. O arquiteto tem a obrigação de dominar o uso operativo de todas as metodologias — de programação, tecnológica e de composição — que permitam a solução dos problemas humanos.
3. É possível, desejável e necessário sistematizar os procedimentos que permitem ao arquiteto extrapolar metodologicamente os conhecimentos atuais a partir de uma formação básica.

Recomendações às escolas de Arquitetura

1. Para o ensino da Arquitetura, entendida como um ato único de criatividade onde se integram Arte e Técnica, é necessário formar o aluno no espírito de humildade e em atitude de serviço para com a sociedade.
2. Recomenda-se atualizar os planos de ensino, enriquecendo-os com as metodologias de vanguarda que facilitam o processo criativo e, em especial, o emprego específico da ferramenta eletrônica.
3. É preciso introduzir o ensino sistemático da Creática, ou metodologia de extrapolação de conhecimentos básicos, entendida como técnica da invenção arquitetônica.

Recomendações à UIA

Acredita-se na necessidade da criação de um centro mundial subordinado à UIA para investigação e informação destinadas a:

1. aperfeiçoar as metodologias integradoras de projetos, oferecendo orientação para os planos de ensino

e a prática da arquitetura.

2. Catalogar, simplificar e difundir os programas de necessidades humanas e as técnicas de resolução.
3. Definir a prospectiva das necessidades humanas, para antecipar a solução dos problemas futuros e desenvolver as disciplinas de extrapolação que auxiliem o arquiteto no arbitramento de novas soluções.

Recomendações à Administração

1. A administração deve enfrentar os riscos inerentes à investigação em escala real de uma arquitetura onde os prejuízos estéticos não dificultem uma autêntica integração da Ideação e da Tecnologia.
2. Com o objetivo de controlar a proliferação de opções técnicas disponíveis e orientar o arquiteto em seu uso, a Administração deve homologar as que, segundo seu critério, sejam mais idôneas, assumindo assim uma indeclinável responsabilidade social.
3. A administração deve financiar a realização de experiências-piloto relativas a programas sociais prospectivos com o objetivo de comprovar, com antecipação, suas vantagens e inconvenientes para melhor serviço à sociedade futura.

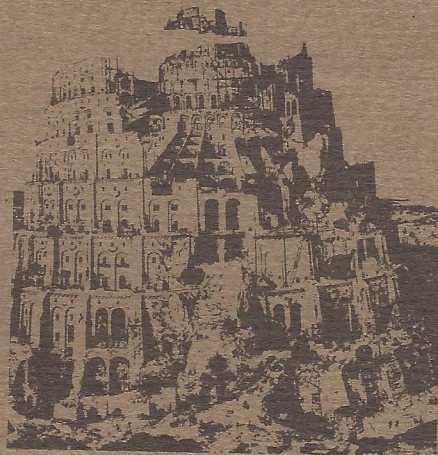
Resoluções gerais

1. Em nossa época de progresso social, científico e técnico, a tarefa mais importante da arquitetura é a criação para a humanidade de um meio-ambiente adequado, através da construção maciça de edificações necessárias para a satisfação das necessidades primárias dos povos de todos os países do mundo. Aos arquitetos incumbe a alta responsabilidade moral e cívica pela correta solução destes complexos problemas profissionais, que comportam um grande significado social.
2. Tanto as idéias como as tecnologias da criatividade arquitetônica devem responder aos ideais sociais da

humanidade. A criação dos altos valores materiais e espirituais exige a compreensão e o domínio da tecnologia, que deve estar ao serviço da arte da arquitetura.

3. A criatividade comporta duas fases: um processo racional-científico sistematizável e, portanto, transmissível, que se apóia no conhecimento anterior e pode extrapolar-se com as metodologias da Creática, e um outro, não consciente, intuitivo-sintético, pessoal e intransferível.
4. A arquitetura encontra-se mediada substancialmente por condicionantes econômicos, sociais e culturais e, especialmente, pela exploração do solo, alentada por interesses alheios às autênticas necessidades humanas.
5. Os erros arquitetônicos e urbanísticos dos países mais desenvolvidos devem ser tomados em conta para evitar sua repetição nos países em vias de desenvolvimento.
6. A UIA deve elaborar critérios que aperfeiçoem a eficácia de seus próprios congressos e suas ações perante a administração.
7. A administração e os arquitetos nos países em vias de desenvolvimento devem aderir aos valores positivos autóctones, para preservá-los como base de suas próprias tecnologias, evitando os desequilíbrios provocados pelas tecnologias importadas.
8. A distribuição desigual da população e o desemprego no mundo supõem um desafio à Arquitetura e à Urbanística, que deverão encontrar novas formas que evitem a deterioração ecológica e favoreçam a ótima utilização da energia e dos recursos naturais.
9. Acredita-se indispensável a participação ativa dos arquitetos nos centros de decisão.
10. Aconselha-se substituir as normas restritivas — tipo código — de cumprimento obrigatório e que mediatizam a criatividade por orientações voluntárias — tipo guia — que a estimulam.

As lições da assembléia de Veneza



É certo que em lugar de uma vitória fácil e bem comportada esperava-se uma larga disputa em torno de posições e pontos de vista. Entretanto, a derrota da candidatura do arquiteto Fábio Penteadó à vice-presidência da União Internacional de Arquitetos surpreendeu a delegação brasileira que participou das eleições realizadas em Veneza, no começo de maio. A candidatura foi preparada longa e minuciosamente através de um trabalho que incluiu incontáveis reuniões do Brasil, freqüente participação nos encontros internacionais e a elaboração de uma sólida tese encaminhada ao XII Congresso da UIA que se realizaria também em maio, dias mais tarde, em Madri.

A parte isso, Penteadó, há anos, desenvolvia na entidade internacional uma atuação política capaz de conquistar para as posições por ele defendidas em nome do Instituto de Arquitetos do Brasil as simpatias de um poderoso bloco de nações da América Latina e da África e o apoio de países socialistas. A ponto de passar a ser visto, no princípio deste ano, como o postulante de uma candidatura de unidade dos países americanos de fala espanhola — à exceção do México, que reivindicava a vice-presidência para si.

O que se viu em Veneza, no entanto, foi o predomínio do formalismo a sufocar uma disputa que poderia ser mais legítima se colocada em termos de teses e posições políticas sobre a arquitetura, o urbanismo e o desenvolvimento das cidades. "Os homens que na UIA têm acesso aos níveis de decisão pensam demasiadamente na realização dos congressos internacionais e pouco se detêm em outros aspectos" — diz Miguel Pereira, que, como presidente do IAB, era membro nato da delegação de cinco membros representantes do Brasil em Veneza. "Em nenhum momento discutiu-se o conteúdo das candidaturas" — afirma Pereira. "Ao contrário, nós nos sujeitamos a apresentações formais do nosso candidato, do canadense e do mexicano. Essa foi a grande falha da assembléia, que não chegou a apreciar a tese que encaminhamos, preferindo deter-se nas generosas ofertas de apoio governamental à conferência 'Habitat-76' marcada para a cidade canadense de Vancouver) e ao XIII Congresso da UIA (a se realizar em 1978, no México) alar-

A derrota da candidatura Fábio Penteadó obrigará o IAB a reformular sua atuação no plano interno e internacional.

deadas pelas delegações canadense e mexicana."

Sem ter o apoio oficial de seu governo, trabalhando dentro dos rígidos limites de organização adotados para a assembléia eleitoral e às voltas com a indecisão de muitos países aliados que se viam seduzidos pelas ofertas de canadenses e mexicanos, a delegação brasileira chegou a considerar a hipótese de retirar a candidatura Fábio Penteadó. Em reunião separada, entretanto, decidiu mantê-la por acreditar que isso tinha sentido e, entre outras coisas, era resultado de um longo trabalho de análise e conceituação consubstanciado na tese apresentada.

Utilizando o fato de serem os anfitriões do próximo congresso, os mexicanos desenvolveram uma vigorosa pressão sobre o bloco latino-americano, conseguindo dismantelar o grupo de apoio formado em torno da candidatura brasileira. O golpe final, que isolou o Brasil dos demais países da América do Sul e Central, foi desfechado pela delegação cubana. Os delegados do único país socialista das américas afirmaram que jamais poderiam eleger para representar o continente um candidato a quem sequer poderiam enviar cartas, visto que, não tendo relações diplomáticas com Cuba e obedecendo ao bloqueio imposto pela OEA, o Brasil não dispõe de meios de comunicação normais com a ilha do Caribe.

Tal observação repercutiu de maneira formidável entre os mais de duzentos delegados com direito a voto presentes na assembléia. Posições oscilaram, apoios foram trocados, quem estava em dúvida encontrou motivos para uma decisão. O Canadá conseguiu para si os votos dos EUA e de países da Europa Ocidental. Países da Europa de leste permaneceram com a candidatura brasileira. Por maioria absoluta de votos foi eleito vice-presidente da UIA o representante mexicano Héctor Mestre.

Primeiro vice-presidente na gestão anterior, Jai Rattan Bhalla, da Índia, elegeu-se presidente da UIA. O francês Michell Weill foi reeleito secretário geral. Charles Edouard Gesendorf, da Suíça, ficou como tesoureiro; Methodi Pissarski, da Bulgária, como



Fábio Penteadó

primeiro vice-presidente. Os demais vice-presidentes, além do mexicano Mestre, são John Michael Austin Smith (Reino Unido) e Ronald Gilling (Austrália). Durante a assembléia decidiu-se também ampliar o número de vices para permitir ao continente africano uma representação exclusiva e foi escolhida a Polônia como sede do Congresso de 1981.

Reorganizar o IAB

A frustradora experiência dessa assembléia certamente provocará profundas mudanças no IAB Nacional. Durante o congresso de Madri, o presidente Miguel Pereira já manifestava sua intenção de promover uma vigorosa alteração nos métodos de trabalho da entidade. "Nossa participação na UIA e nossa atuação no Brasil devem ser totalmente diferentes a partir de agora. Temos que revitalizar o IAB, revitalizar nosso trabalho interno e externo" — diz Miguel Pereira. "Não obtendo sucesso com a candidatura Fábio Penteadó e perdendo o lugar que ocupávamos no conselho da UIA, o que passa a ser importante para nós, agora, é a atuação nos grupos de trabalho da entidade" — observa Pereira. "Vamos mudar a política externa do IAB reforçando nossa presença nos sete grupos permanentes, onde já temos representantes, e nas comissões de 'Prática Profissional' e de 'Ensino de Arquitetura'. Vamos começar de novo, em outras bases, com uma perspectiva diferente. A nova prática é que vai dizer como, em que condições e em que época será conveniente participar da direção ou do conselho da UIA."

"Pretendo restabelecer contatos anteriormente mantidos na área governamental a fim de firmar convênios com o Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação, CNPU, enfim, com as entidades cujos interesses podem coincidir com os nossos. Queiramos ou não, o IAB, através de suas delegações a congressos internacionais, representa o país no exterior. Portanto, o esforço não deve ser apenas da entidade e de seus associados. Devemos dividir os encargos de ordem material, sem o que estaremos sempre a lidar com a possibilidade de um fracasso."

Miguel Pereira, entretanto, reconhece que criar novos e mais eficientes canais de ligação com as áreas oficiais



Miguel Pereira

deve ser feito apenas a partir de uma forte, coesa e coerente base. Para tanto, planeja uma radical intervenção na estrutura, objetivos e atuação do IAB.

"As entidades de nossa categoria profissional devem procurar suas bases e fortalecê-las para que o conjunto dos arquitetos brasileiros possa ser independente das cúpulas e dos órgãos oficiais" — diz ele. "Depois de todos esses anos de existência, o IAB ainda é desconhecido e inoperante em muitos Estados, principalmente entre os estudantes e jovens arquitetos. Quando realizamos congressos nacionais enfrentamos incríveis dificuldades até para editar os anais. Somos capazes de produzir um conhecimento valioso mas não

temos condição de divulgá-lo. Temos grandes obras de arquitetura, cidades que figuram entre as maiores do mundo e, contraditoriamente, nosso 'know-how' em habitação e urbanismo é muito pequeno e pouco difundido."

Essa apreciação crítica da entidade que dirige leva Miguel Pereira a estudar a reformulação administrativa, financeira e política do IAB. "Podemos, talvez, criar um serviço de consultoria a terceiros e, com sua renda, financiar nossos trabalhos e nossas publicações. Conquistar novos associados e procurar dar eficiência e produtividade à nossa administração são outros pontos visados. Mas, sobretudo, devemos dividir as responsabilidades e reconceituar nossa atuação, deixando a cargo dos sindicatos — e de sua federação, que deve ser fundada em breve — a defesa dos interesses profissionais dos arquitetos. Com a federação e com a Associação Brasileira das Escolas de Arquitetura — ABEA — teremos três entidades nacionais trabalhando. É dividindo que nos fortaleceremos."

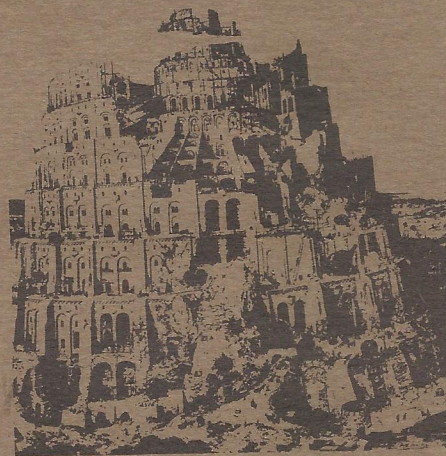
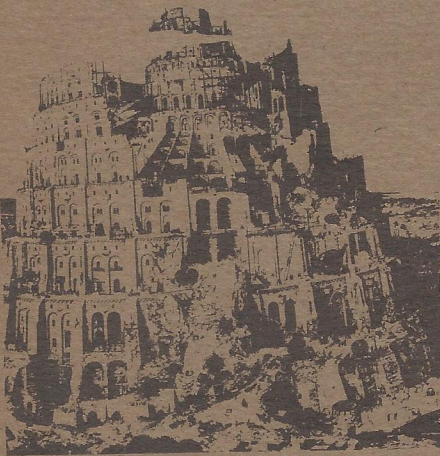
Em função dessa nova estrutura, depois de um lento e penoso trabalho de recomposição de forças é que o IAB, segundo a atual gestão, deve promover a reaproximação com os demais países da América Latina e, através disso, avaliar a hipótese de uma participação em níveis mais ele-

vados da organização da UIA. Isolado em Veneza, o Brasil não ficou totalmente distante dos países latino-americanos. Durante o Congresso de Madri a delegação reuniu-se com as demais representações para elaborar o documento que fixa posições comuns e que, paradoxalmente, contém muitas das idéias da tese brasileira que na assembléia de eleições foi pouco avaliada.

Segundo Pereira, as etapas de preparação do congresso e as atividades dos brasileiros na Espanha são experiências que também podem ser avaliadas do ponto de vista da nova orientação que o IAB deve seguir. A partir do segundo semestre de 1974 arquitetos do Rio Grande do Sul, Guanabara, Pernambuco, Minas Gerais e

São Paulo começaram a elaborar a tese apresentada num seminário em Porto Alegre, em setembro. Em janeiro, na reunião do conselho realizada em Ouro Preto, foi eleita a delegação de quatro representantes (Moisés Andrade, Pe; Jorge Dantas, MG; Demétrio Ribeiro, RGS e Luiz Paulo Conde, GB) que com Miguel Pereira, membro nato, compuseram o grupo que foi a Veneza.

Esse documento, mais a síntese apresentada pelo relator Demétrio Ribeiro e a comunicação da arquiteta Clementina de Ambrosio, foi publicado nos livros editados durante o encontro. Entre vinte escolas classificadas pelo júri (o arquiteto gaúcho Maximiliano Fayet fazia parte) no confronto internacional de estudantes, três eram brasileiras. O filme "Pilar de Goiás" obteve medalha de bronze no concurso de cinema, e o curta-metragem "Ensaio" (sobre obras de Fábio Pentead) conquistou menção honrosa. O calculista Joaquim Cardozo, apresentado para concorrer ao Prêmio August Perret, também obteve menção honrosa (Flávio Motta fez parte do júri desse e dos prêmios Sir Patric Abercombie e Jean Tschumi). Enfim, uma participação ampla, efetuada em diversos momentos, que pôde ser acompanhada pelos aproximadamente 150 brasileiros que conseguiram inscrição no congresso (a delegação mais numerosa depois da Espanha e do México).



A Artec mantém o clima das concepções arquitetônicas.

A Artec apóia a imaginação criadora dos arquitetos com um argumento palpável: um "know-how" para projetos especiais. Sua equipe altamente especializada põe à disposição dos arquitetos toda a sua técnica



em ar condicionado central para assessorá-los nos seus projetos, sem comprometer o partido adotado.

Consulte a Artec: certamente você obterá um clima de primeira qualidade para tudo aquilo que projetou. Sem custo algum.

Luxalon, nova oferta aos projetos de forros

mercado de forros, hoje calculado para um consumo mensal global de 20 mil m².

"Estamos preocupados — argumenta ele — em abrir novos caminhos para a criatividade dos arquitetos. Ou seja, muitos deles pretendem lançar mão de propostas de vanguarda em forros, que não são levadas avante porque o mercado não tem condições de atender ao seu pedido. A Hunter-Douglas quer, agora, abrir seu novo departamento para trabalharmos juntos com os arquitetos, executando suas idéias."

Operando especificamente com forros de alumínio, a Luxalon conta com uma experiência já firmada de cinco anos no mercado. "O forro plano já é um estilo convencional no acabamento de interiores", diz Asfora. Por sua vez, o alumínio tende a permanecer como produto de ponto no mercado de forros, que "caminha para uso crescente de materiais leves, de fácil manutenção e grande flexibilidade às soluções procuradas nas pranchas dos projetistas. O alumínio está acompanhando essa tendência no mercado de construção civil, em todos os itens de produtos".

Um dos exemplos desse novo atendimento a projetos específicos, conta a equipe técnica da Luxalon, foi resolver o problema de forro para uma fábrica no Nordeste brasileiro. Foram necessários profundos estudos técnicos para se encontrar uma solução que foi muito além do mero aspecto estético e funcional: um forro estanque, com propriedades acústicas e não-perfurado, garantindo um sistema orgânico de refrigeração ao ambiente, além da iluminação necessária a uma área de trabalho industrial.

Assim, conclui Maurício Asfora, "a Luxalon deseja continuar crescendo como empresa especializada em forros, atendendo não só à faixa convencional do mercado, mas executando o 'know-how' brasileiro, desenvolvido e pertencente aos próprios projetistas".

sumo doméstico, e Forjas acredita que ela "tende a manter essa posição, apesar dos novos produtos em plástico. Os pratos fabricados com tal material, por exemplo, acusam retenção de impurezas na lavagem, menor dureza e maiores índices de solubilidade, conforme pesquisas realizadas nos Estados Unidos".

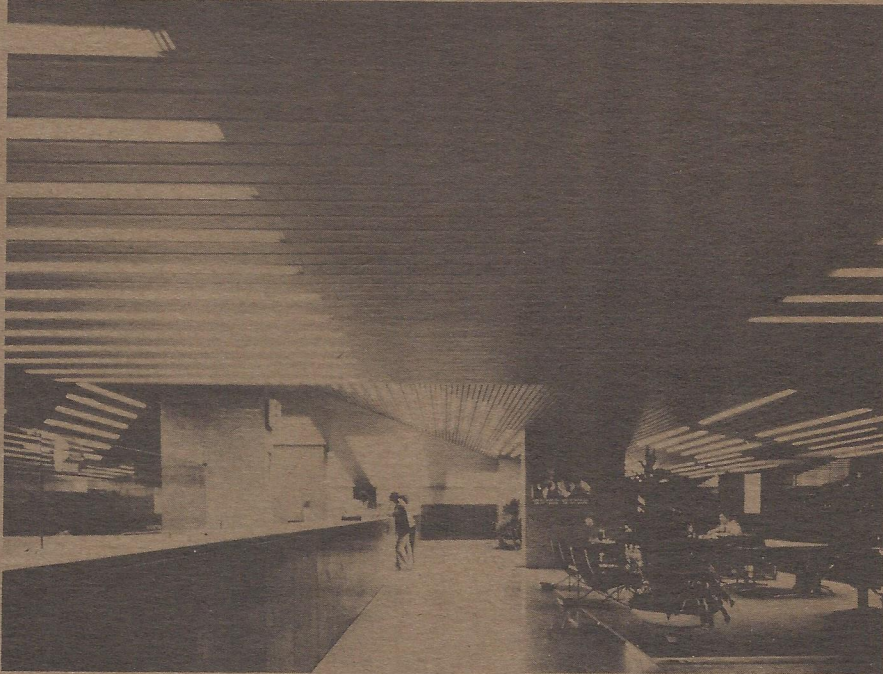
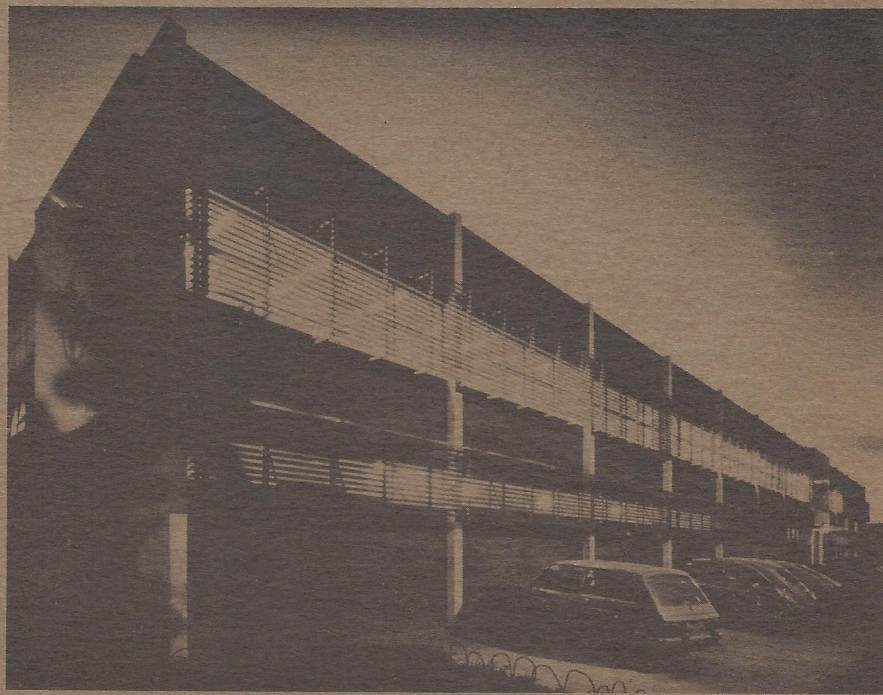
A outra faixa do mercado de cerâmicas são os pisos, cada vez mais consumidos no Brasil, especialmente os esmaltados, acompanhando tendência nos mercados europeu e norte-americano: 20% de incremento anual, para uma produção global de todos os tipos de pisos da ordem de 2,5 milhões de m² mensais. Conforme o empresário, esse incremento — que chega hoje a um quinto da produção do mercado — ocorre por dois motivos principais: a carência de madeiras no mercado somada às características de durabilidade e beleza do material esmaltado.

Com 400 mil m² de perfis de forros já instalados no mercado brasileiro, a Hunter-Douglas (Luxalon) criou, no início deste ano, um Centro de Pesquisas e Desenvolvimento.

Na verdade um poderoso grupo multinacional de capital holandês, a Hunter-Douglas está iniciando no Brasil uma experiência já aprovada em muitos dos 21 países onde mantém filiais e fábricas: o atendimento direto ao projeto de forro especificado pelo arquiteto. Para Maurício Asfora, diretor comercial do grupo, a Hunter-Douglas não está satisfeita em deter apenas a apetitosa fatia de 50% do

Brasil lidera produção de cerâmica na AL

"O Brasil lidera a produção de cerâmicas na América Latina, setor que vem crescendo de importância nas economias nacionais em virtude de características estratégicas, tais como seu uso em reatores nucleares e computadores", afirmou Nicolau Forjas, diretor da Cerâmica Porto Ferreira SA, que participou em Lima, no Peru, de 12 a 16 de maio, do encontro do Comitê da Indústria Cerâmica Latino-Americana — CICLA. Contudo, o grande mercado da cerâmica continua sendo o setor de con-



Concursos de arquitetura

O IAB-SP enviou carta à PROSBC sugerindo maior amplitude nas diretrizes de cadastramento que aquela entidade realiza, visando futuras tomadas de preço. "O cadastramento — sugere o IAB — deve ser estendido a outras modalidades de licitação tais como os concursos de arquitetura, já que essas formas de licitação levam em conta não o preço, mas a escolha do melhor projeto."

A sugestão é justificada pelo fato de que "a licitação sob a forma de tomadas de preço é inteiramente incompatível para os serviços dos projetos arquitetônicos, que são elaborados tendo em vista não só o custo, mas principalmente um perfeito trabalho". Esta posição é confirmada pela lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de engenharia e arquitetura. O IAB-SP sugeriu também reuniões do seu Conselho Diretor com a PROSBC para debater as normas e sistemática para os concursos de arquitetura, visando a preservação da alta qualidade do trabalho profissional já alcançado.

Bauer da curso sobre Tecnologia da Construção

A partir de 5 de julho próximo será realizado na sede da L.A. Falcão Bauer-Centro Tecnológico da Construção um curso sobre **Tecnologia da Construção**. Ministrado em colaboração com o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo e destinado a engenheiros, o curso constará de palestras e projeção de "slides" e abrangerá, entre outros, os seguintes temas: Concretos Especiais, Uso de Aditivos, Solda em Aço Especial de Construção, Ensaios Não-Destrutivos do Concreto por Ultra-Som. Serão, ao todo, 8 palestras, às sextas-feiras, das 18 às 20 horas, na sede da Falcão Bauer: Rua Aquinos, 111 (esquina da Rua Carlos Spera). Inscrições com Da. Silene, pelo telefone 262-9833.

Fábio, diretor

O arq. Fábio Pentead, da UIA, quando presidente do IAB nacional foi convidado para assumir a diretoria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, durante a crise ocorrida em 1967, e não para a reitoria, como erroneamente informamos na edição n.º 22 do **Arquiteto**, na matéria sobre a sua candidatura àquela entidade internacional dos arquitetos.

INPS tem novo cadastro para projetistas

O INPS — através das suas Coordenações Regionais de Engenharia e Arquitetura — está organizando o Cadastro de Projetistas de Edificações do INPS, para pessoas físicas e jurídicas, indispensável para a elaboração de projetos arquitetônicos, estruturais e de fundações, hidráulicos, elétricos, de condicionamento de ar e demais elementos técnicos relacionados com edificações. O novo sistema prevê a remuneração dos projetos conforme as tabelas de honorários registradas pelos órgãos de classe dos profissionais.

O pedido de inscrição será apreciado por uma comissão composta por três membros, dos quais dois engenheiros ou arquitetos, no prazo de 15 dias, a partir da entrada do protocolo de pedido ou documento que comprove atendimento de diligência feita ao interessado.

Para inscrição de **pessoa física** exige-se qualificação técnica, através de Registro do CREA e, também, os seguintes documentos: indicação dos setores de especialização; atestado de clientes (pelo menos dois) referentes a projetos executados a contento, nos setores de sua especialização e relativos a edifícios com área de construção igual ou superior a 2.000 m²; inscrição no CPF do Ministério da Fazenda; cumprimento da legislação eleitoral e militar; **currículo vitae**; certificado de regularidade de situação para com o INPS. Podendo ser requerido a qualquer época do ano, o certificado terá validade por doze meses.

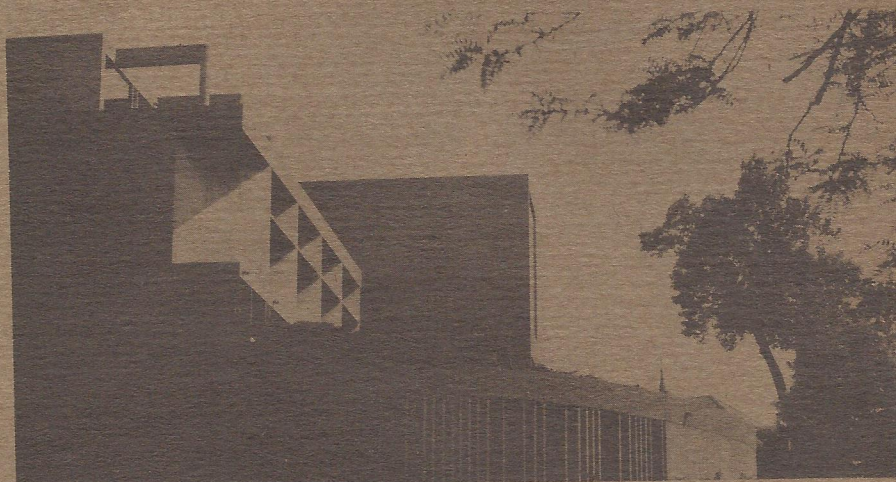
Inscrições e informações nas Coordenações Regionais do INPS. São Paulo: Av. 9 de Julho, 12.º, sala 1210.

GEGRAN: concluído o relatório

O GEGRAN concluiu o relatório do PMDI — Projeto e Implantação do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado —, cumprindo assim o compromisso assumido com o SERFHAU por ocasião do financiamento parcial para o trabalho de implantação do Sistema de Planejamento Metropolitano da Grande São Paulo, iniciado há três anos. O relatório relaciona e comenta as iniciativas e os passos do processo de implantação, bem como as diretrizes do seu prosseguimento.

"O balanço positivo do trabalho até agora realizado muito deve às prefeituras da Grande São Paulo e órgãos técnicos da região, bem como às associações profissionais, culturais e de classe", afirma Eduardo Bittencourt-Carvalho, diretor do Gegrans.

Foto trocada



A foto que ilustra a matéria sobre o Centro Carpenter de Artes Visuais, publicada na pág. 10 do n.º 23 do **Arquiteto**, na verdade não corresponde a ele. Trata-se da maquete do Complexo Hospitalar de Emergência Perus-Pirituba, projeto realizado para a prefeitura de São Paulo pelo Escritório Szpiegel, Magalhães Arquitetos Associados.

CEBEC: 25 anos comemorados com a instituição de um Prêmio

Fundada em 1950, a CEBEC S.A. En-

genharia e Indústria completa 25 anos dia 12 de junho, figurando como a maior empresa da América Latina no setor de ar condicionado industrial e para conforto. Tendo desenvolvido tecnologia própria, a CEBEC e empresas a ela associadas empregam 1.500 pessoas.

Para marcar significativamente o 25.º aniversário, a empresa instituiu o PRÊMIO CEBEC, a ser conferido anualmente a trabalhos dedicados a assuntos de interesse e alcance sociais. Este ano, o prêmio será outorgado aos melhores cartazes sobre o tema "Preservação do Meio-Ambiente", escolhidos através de concurso de âmbito nacional.

A Fademac continua pondo os seus pisos e revestimentos a serviço do talento. Faça bom uso deles.

A Fademac nunca negou bons materiais ao talento.

Tanto o Paviflex como o Lanyflex Nylon, o Floorflex e o Reviflex estão numa porção de obras que uniram a imaginação ao funcional.

Certamente porque os arquitetos e engenheiros confiam nos produtos da Fademac há um bom tempo.

A Fademac faz tudo para não desmerecer esta confiança.

Fademac
Fábrica de Materiais de Construção S.A.

Colabore com suas entidades de classe.

Pague em dia suas mensalidades

Um documento contra a devastação do ambiente

A devastação do meio-ambiente é a tônica principal de um amplo documento (80 laudas) divulgado pela Sociedade Brasileira de Silvicultura, coordenado pelo eng. agr. Antônio Mauro de Moraes Victor. O histórico divide a devastação florestal em São Paulo, com análises que podem ser extrapoladas para todo o país em termos de uma política de ocupação predatória dos recursos naturais, a partir de oito ciclos econômicos. Atualmente, afirma, ocorre a "destruição da exuberante flora lenhosa que recobria quase todo o Estado há uns 50 anos e que, numa projeção bastante realista, está fadada a desaparecer, caso providências urgentes não sejam tomadas".

"Prosseguem — afirma o documento — uma pecuária e agricultura desordenadas na região do extremo oeste, de tal forma que a mata do Pontal do Paranapanema em 1973 já apresentava um impressionante rendilhado, descontínuo e irregular, entremeado de capoeira rala, onde a única extensão mais ou menos significativa é representada pela reserva do Morro do Diabo. Há severas denúncias de que já se usam nessa região poderosos desfolhantes químicos, com o objetivo de se conseguir a morte das árvores e, desta forma, liberar o terreno rapidamente para a agropecuária."

Em trechos de declive na serra de Paranapiacaba e na escarpa Atlântica prossegue o carvoejamento clandestino, especialmente ao longo da BR-116. No vale do Ribeira há a "ocupação desordenada do solo, fomentada por uma equívoca política de interiorização do desenvolvimento que transforma em letra morta os dispositivos do novo Código Florestal promulgado em 1965. Quer-se incorporar novas áreas ao processo de produção agrícola mediante o desbravamento, quando se sabe que há cerca de 10 milhões de hectares de áreas ociosas ou subutilizadas no Estado". Por outro lado, "constrói-se atabalhoadamente a Rio-Santos, que corta a floresta latifoliada úmida de encosta, causando grande devastação: seu traçado, que deveria seguir as diretrizes de uma estrada panorâmica para servir ao turismo de massa, é violentamente criticado como o maior equívoco do planejamento rodoviário e vem apressar a deterioração daquele solo, sabidamente um dos mais velhos do planeta, onde o próprio relevo agrava a erosão". Outra intervenção irracional em termos de paisagismo e engenharia rodoviária é a Imigrantes, "que deixa profundas cicatrizes na floresta protetora remanescente".

Outros dados que o levantamento indica: a cobertura florestal primitiva de São Paulo é de apenas 8,3%. A

capoeira, forma de mata degradada, caminha para a extinção, cobrindo apenas 5% da área estadual. Os cerradões também são ameaçados de desaparecimento, com apenas 0,42% da área territorial. A erosão tem seus pontos críticos no vale do Paraíba, no centro e noroeste do Estado, e liga-se com a política de exploração irracional do solo, onde o uso dos adubos é componente mal visualizado. Ou seja, enquanto técnicas predatórias de ocupação destroem o solo, gastam-se grandes somas em importações de adubos e componentes petroquímicos. Um terreno coberto por mata perde apenas 4 quilos de terra por hectare/ano; com pastagem, 700 quilos por hectare/ano; com algodão, 32 mil quilos. Em 60 anos, um solo ocupado por algodão perderia sua camada viva de 15 cm de humus; apenas em 400 mil anos o mesmo ocorreria em solo coberto por matas, o tempo mais que suficiente para a recomposição da camada vital. O estudo finaliza por advogar a adoção de práticas conservacionistas em lugar do uso indiscriminado do adubo.

Controle da poluição poderá aumentar

Ao criar o SEMA — Secretaria Especial do Meio-Ambiente — o governo federal praticamente reconheceu a importância da luta em defesa do meio-ambiente e da ecologia, duramente castigados pelo caótico processo de crescimento industrial brasileiro. Em São Paulo, por sua vez, Francisco de Barros — secretário de Serviços e Obras Públicas — anunciou a transformação da estrutura da CETESB no que poderia vir a ser uma futura Secretaria de Assuntos Ambientais de São Paulo a primeira em nível estadual no país, já que São Paulo é o cenário mais intenso da batalha industrial.

A centralização da fiscalização dos desmandos contra o meio-ambiente na CETESB seria o embrião do novo organismo. O seu surgimento, entretanto, não acontece ao acaso, tendo em vista capítulos anteriores de constituição de órgãos voltados para a defesa da qualidade da vida da população. Em 1961 criou-se no ABC a Comissão Intermunicipal de Controle da Poluição do Ar e das Águas, posteriormente absorvida na Susam — Superintendência de Saneamento Ambiental —, ligada à Secretaria da Saúde. Entretanto, enquanto a Susam cuidava apenas da poluição do ar, a fiscalização das águas perdiasse em outros corredores burocráticos, ligados ao antigo FESB — Fundo Estadual de Saneamento Básico —, que deu origem à atual CETESB. Atualmente a CETESB adotou em sua denominação o termo "Defesa do Meio-Ambiente", tornando assim oficial o reconhecimento de que o problema ambiental é grave a ponto de merecer ação decidida do poder público, somando as atribuições antes



afetas à Susam e acrescentando a preocupação, também, com a qualidade do solo e o excesso de ruídos. Já o SEMA, conforme anunciou recentemente Nogueira Neto, está reconhecendo a necessidade de uma legislação objetiva sobre o problema ambiental. Está sendo preparado projeto — que definiria uma primeira baliza jurídica para a política no setor — a ser remetido ao Ministério do Interior.

"Esta legislação — disse o secretário do Meio-Ambiente — irá confe-

rir ao SEMA o papel de órgão supervisor, normativo e supletivo da condução da política do meio-ambiente no país, cabendo aos Estados a tarefa executiva." A seguir por esta tendência de reorganização de órgãos ambientais, a cogitada Secretaria de Assuntos Ambientais de São Paulo já nasceria dentro de uma política vista globalmente para todo o país, mesmo porque o meio-ambiente sofre as ações de poluição também de uma forma global.

Junkers: o aquecedor que aumenta a área útil da sua construção.

Você sabe quanto custa um metro quadrado de construção.

Então pense nisso na hora de especificar o sistema de aquecimento.

Junkers não ocupa lugar: é compacto e fica na parede.

Junkers é economia para você. E para quem compra o imóvel, porque é o aquecedor doméstico de maior potência útil fabricado no Brasil.

Junkers é água quente instantânea, inesgotável e de baixo preço, porque utiliza a fonte de energia mais barata que existe: o gás.

Com Junkers na sua construção, você tem dois argumentos de venda adicionais: um bom sistema de água quente.

E um metro quadrado de área à mais.



Uma velha e ainda atual luta dos arquitetos

Ao convocar para sua primeira reunião de governo as secretarias de Estado, organismos oficiais e entidades de classe, como o IAB-SP, o atual governo paulista iniciou não só uma corrida contra o tempo mas abriu um primeiro canal para que fossem ouvidas as reivindicações e posições dos arquitetos quanto às questões urbanas e, especificamente, ao problema habitacional.

Até o início de julho o IAB-SP deverá preparar, após amplas discussões, um documento onde irá reafirmar a atualização de pontos de vista defendidos há pelo menos 12 anos em sucessivos seminários e grupos de trabalho, conforme conta o arquiteto Benno Perelmutter. "A convocação feita ao IAB-SP pelo governo é da máxima importância, pois abre uma possibilidade extraordinária de levarmos avante pontos de vista defendidos há anos. Fomos convocados para criticar, analisar e propor soluções, em uma intervenção direta na questão habitacional." Lembra Perelmutter que, já em 1963, os arquitetos propunham um Ministério da Habitação, e realizavam seminários com o intuito de oferecer sua contribuição a uma estratégia de solução para o dramático déficit habitacional, que somente no Estado de São Paulo é

Com exclusividade para o ARQUITETO, os secretários Roberto Cerqueira Cezar e Rafael Baldacci analisam os problemas habitacionais do Estado.

hoje de 1.200 mil unidades, como reconhece o atual secretário do Interior, Rafael Baldacci, em entrevista exclusiva ao **Arquiteto**.

A preocupação dos arquitetos com as soluções globais da questão urbana, afirma também Perelmutter, já se fazia presente quando no ano passado o IAB-Nacional encaminhou subsídios para a constituição do CNPU. "As teses levadas como contribuição pelo IAB-SP foram acolhidas e reforçaram os encaminhamentos feitos pela Direção Nacional, incluindo pontos básicos para a implantação de uma política habitacional nas grandes áreas metropolitanas do país."

Como um dos pontos centrais da questão habitacional surge o uso do solo, apontando para discussões sobre a política fundiária a ser adotada. Para o arquiteto Benno Perelmutter "o problema fundiário sempre foi tese central defendida pelos arquitetos e sua solução é básica para falarmos em planos habitacionais".

"São Paulo — continua — tem agora uma oportunidade para dar valioso subsídio ao enfoque nacional ao problema do uso do solo. Não se pode falar em habitação sem considerar o solo como um dos equipamentos sociais indispensáveis. A própria habi-

tação não é mais simplesmente um abrigo, tendo de estar vinculada ao meio urbano e a sua utilização social. Uma casa é sinônimo de solo, lazer, água, esgotos, transportes. Só poderemos discutir a questão habitacional dessa forma, global, ligada a todo o contexto urbano, em busca de leis de zoneamento e de uso do solo."

Os subsídios que poderão ser obtidos no atual esforço em busca de um plano habitacional também serão valiosos ao analisar quadros diferentes de problemas urbanos. O secretário de Negócios Metropolitanos, arquiteto Roberto Cerqueira Cezar, reconhece pontos cruciais como o crescimento desordenado da Grande São Paulo. O interior do Estado, por sua vez, apresenta novas facetas que terão de ser atacadas, como o aceleração da especulação imobiliária — que caminha junto com a interiorização industrial, segundo Rafael Baldacci — e a marginalização progressiva de grupos sociais: os "bóias-frias", que não têm renda para adquirir casas próprias; ou os caçaras, expulsos do litoral pela capitalização progressiva dos terrenos, compondo uma nova massa de favelados nos centros urbanos.



Encarado como uma das metas prioritárias pelo atual governo paulista, o problema habitacional é um dos temas centrais de discussão do Conselho de Governo — que teve sua primeira reunião em maio último. Participam do Conselho de Governo para a Política Habitacional, além do estado-maior do executivo e secretários de Estado, a CEESP, CECAP, IPT e SABESP. Como entidades de classe e privadas, entre outras, o Instituto dos Arquitetos do Brasil — IAB-SP —, o Instituto de Engenharia, Associação Comercial e Federação do Comércio de São Paulo, Federação das Indústrias, a Companhia do Metrô, BNH, Associações de empresários ligados ao Plano Nacional de Habitação e às empresas de crédito imobiliário e poupança de São Paulo, além do INOCOOP e das COHABS de Ribeirão Preto, Baixada Santista Bauru e Campinas.

Indagações

Aos participantes do Conselho de Governo foram apresentadas as seguintes questões, para discussão e apresentação de propostas e subsídios no prazo de 45 dias.

1) **Aquisição de terra** — Para viabilizar a execução da política habitacional será fundamental a aquisição maciça de terra e em locais considerados estratégicos. Que mecanismos e recursos poderão ser mobiliza-

dos, de que forma e através de que órgãos?

2) **Lote urbanizado** — Como alternativa à oferta de unidades residenciais pretende-se propiciar a oferta de lotes dotados dos serviços públicos básicos ficando posteriormente a cargo do usuário e/ou de empreendedores privados a construção e a comercialização, se for o caso. Deveria a política habitacional do Estado dar preferência a esta alternativa? Mobilizando que instrumentos e recursos?

3) **Participação da iniciativa privada** na promoção de empreendimentos habitacionais para populações de baixa renda. Como mobilizar a capacidade gerencial e os recursos financeiros da iniciativa privada para empreendimentos habitacionais destinados à população de baixa renda?

4) **Indústrias de materiais de construção e equipamentos** — Como mobilizar as indústrias para produção de insumos em quantidade, qualidade e rapidez compatíveis com as expectativas de aumento da demanda?

5) **Subvenções** à população de baixa renda. Toda política habitacional voltada ao atendimento das necessidades das populações de baixa renda esbarra na falta de capacidade aquisitiva dessas populações. Surge a idéia da subvenção direta ou indireta, de todo ou parte do equipamento ofertado. Que formas de subvenção devem ser consideradas pelo

governo do Estado?

6) **Habitação de aluguel** — Poderá a habitação de aluguel constituir-se em uma forma de atender às necessidades habitacionais das famílias que não podem ter acesso imediato aos financiamentos, ou que querem mudar de moradia em função de sua ascensão econômica ou pretendem mobilidade sistemática e periódica de local de emprego? E como operacionalizar esta forma de atendimento?

7) **Impacto ambiental** — A preocupação em ofertar quantidade significativa de unidades habitacionais vem conduzindo à execução de projetos que conflitam com a paisagem urbana e outras características do meio. Que medidas o Estado deve tomar para reduzir o impacto negativo dessas obras?

8) **Reabilitação** para moradia de edificações existentes — Em várias cidades do Estado, particularmente as maiores, constata-se a existência de estoque de edificações bem localizadas mas que se apresentam subutilizadas ou deterioradas. Sua existência, entretanto, representa apreciável investimento já realizado. Em alguns casos, com pequenos recursos adicionais poderiam essas edificações ser reabilitadas e destinadas a moradia. Como integrar esse equipamento na oferta de unidades habitacionais promovida pelo Estado?

Em 1980, o déficit habitacional será de 1,8 milhão de casas

Arquiteto — Qual a contribuição específica que sua secretaria poderá oferecer na solução do problema habitacional em São Paulo?

Baldacci — Até hoje não existe um órgão que centralize, coordene e promova o desenvolvimento de uma política habitacional e, por isso, estamos atuando apenas setorizadamente na construção de casas.

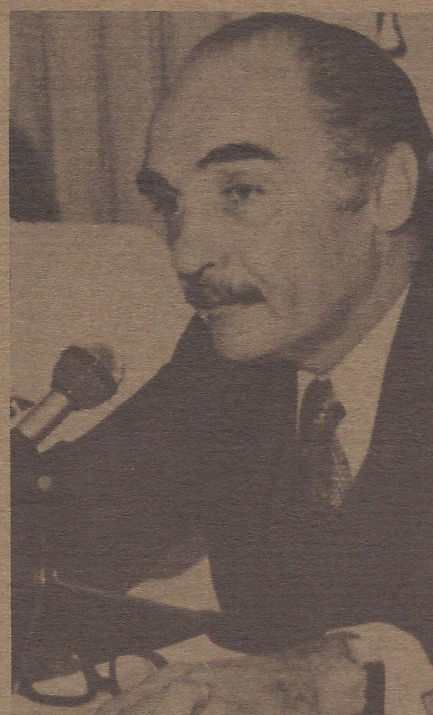
Vemos então que, sem essa orientação centralizada, os custos nunca puderam realmente ser reduzidos. A existência de uma política em termos de compra de terrenos que viesse antes do processo de industrialização do interior, por sua vez, permitia que a especulação ocorresse antes da urbanização. Justamente pela inexistência dessa coordenação é que a Secretaria do Interior está sendo chamada a um papel importante. Junto com a Secretaria do Planejamento estamos fazendo o Plano Habitacional do Estado. Vamos aderir ao PLANHAP e estudar a transformação da CECAP em uma empresa, na forma de sociedade anônima, para executar o Plano Habitacional, com a coordenação da Secretaria do Interior.

Arquiteto — Qual o déficit habitacional hoje?

Baldacci — Em todo o Estado, capital e interior, 1,2 milhão de unidades, prevendo-se para 1980 um aumento a 1,8 milhão de unidades. Atualmente, a distribuição do déficit é equitativa entre a capital e o interior, 600 mil unidades em cada região. No interior as áreas mais problemáticas são as de Campinas, acompanhando a via Anhanguera como via de penetração das indústrias, e o vale do Paraíba, acompanhando a via Dutra. A Baixada Santista tem não só um problema habitacional — déficit de residências — mas um grande número de casas deterioradas, em função do clima, do terreno, etc.

Arquiteto — Diante deste quadro, quais as novas perspectivas de atuação que serão exigidas da CECAP?

Baldacci — O problema habitacional nunca foi encarado como estamos fa-



Rafael Baldacci

zendo agora. Ele tem prioridade absoluta, porque é um dos pontos de estrangulamento do nosso desenvolvimento e do processo de interiorização industrial. Assim, a CECAP receberá uma grande incumbência e ela tem imensas possibilidades de trabalho, graças a sua experiência anterior na área habitacional. Mas sua experiência precisa ser ampliada para a pesquisa de novos materiais de construção, enfim, de modernos processos de racionalização de custos de construção.

Além disso, haverá naturalmente uma mudança no ritmo de investimentos para atender ao Plano Habitacional. Claro que ninguém vai-se propor a resolver o déficit apenas em quatro anos, mesmo porque os recursos necessários seriam impossíveis de obter. Provavelmente não teríamos nem materiais de construção, nem mão-de-obra suficiente para intervir de uma forma tão acelerada. Nós vamos partir de números que ainda estão na fase de estudos, para depois crescer gradativamente, mas com se-

gurança. É preciso lembrar que se injetarmos em muito pouco tempo recursos substanciais no mercado poderemos inviabilizar o programa, com a falta de mão-de-obra e o conseqüente aumento dos custos de produção na construção civil.

Arquiteto — Quais os passos iniciais em termos de planejamento e entrosamento com outros organismos?

Baldacci — Inicialmente teremos de quantificar o programa em termos financeiros e analisar com profundidade os problemas dos municípios, inclusive do ponto de vista da industrialização. Haverá um entrelaçamento com todos os outros organismos estatais para atuar na infra-estrutura. Por exemplo, com a SABESP, para o problema da água e esgoto; com as prefeituras, para pavimentação, arruamento e urbanizações; com a Secretaria dos Transportes, companhias de estradas de ferro, etc. Queremos motivar tanto as COHABS como as entidades privadas para atuar de forma organizada, já que o Estado, dentro do PLANHAP, é responsável pelo seu desempenho.

Arquiteto — A busca de métodos racionais de construção, de barateamento de materiais, enfim, de tecnologia de escala, não é um obstáculo?

Baldacci — Desejamos, em função da baixa dos custos de produção nas construções, ensaiar novos materiais e para isso já firmamos convênio com o IPT. A própria CECAP tem experiências nesse setor, onde o exemplo poderia ser o conjunto habitacional de Guarulhos. Lá foram empregados materiais ensaiados pelo próprio órgão juntamente com empresas privadas. Utilizamos um tipo de piso que praticamente eliminou a necessidade da madeira. Foram estudadas também esquadrias novas, fechaduras, etc., visando justamente a redução de custos.

Arquiteto — Como V. Exa. encara a construção de habitações de aluguel?

Baldacci — Sou absolutamente contrário à construção de habitações de aluguel. O problema mais sério é o da conservação. Se tivermos que cobrar um aluguel que corresponda aos custos de recuperação da casa, ele será igual à prestação de uma compra do imóvel. Portanto, é preferível vendermos a residência ou realizarmos um compromisso de compra-e-venda para que a pessoa receba de volta o que gastou, descontado o custo de recuperação, na hipótese de que ela queira mudar de seu domicílio.

Arquiteto — Retirar do custo do imóvel, a fundo perdido, os custos de infra-estrutura e transportes poderia ser uma solução para baratear a aquisição?

Baldacci — Estamos encarando a questão em termos globais. Temos de considerar um diferencial de juros que seja zero para os menos favorecidos e graduados conforme a renda dos que mais podem. Hoje,



Irene Kimura

dentro do sistema financeiro vigente, não é viável a casa para o trabalhador de salário mínimo. Portanto, o Estado deve participar subsidiando o empreendimento, caso contrário a casa própria para o trabalhador não se concretizará. Na reunião do conselho de governo, apresentamos a fórmula de retirar os custos de infraestrutura e transportes, porque se for necessário iremos subsidiar até a fundo perdido.

Arquiteto — Prioritariamente a todas as medidas, o estabelecimento de uma política fundiária não seria um passo fundamental e básico?

Baldacci — A política fundiária pode ser estabelecida, mas nunca é uma política a ser adotada de imediato. A autonomia dos municípios impede que o Estado intervenha diretamente na política local. Precisamos nos antecipar e conjugar os esforços das prefeituras, das secretarias de Estado, enfim, de organismos em várias frentes sociais. A soma de todos

esses subsídios daria à Secretaria do Interior a possibilidade de antecipar-se na compra dos terrenos, obedecendo, é claro, aos planos diretores de cada município. Assim, poderemos ter um grande estoque de terrenos para viabilizar a casa própria. Uma política fundiária, além do aspecto mencionado sobre os municípios, dependeria de decisões de ordem constitucional. Poderíamos chegar até lá numa ação a médio prazo, mas nunca da forma rápida e acelerada que necessitamos hoje para impedir que o problema se agrave cada vez mais em São Paulo.

Arquiteto — Como V. Excia. vê a participação dos arquitetos e urbanistas no Plano Habitacional?

Baldacci — O trabalho de correção em nível de planos diretores, a orientação aos municípios para um crescimento urbano harmônico, os projetos de planos habitacionais, tudo isso abre um grande campo de trabalho

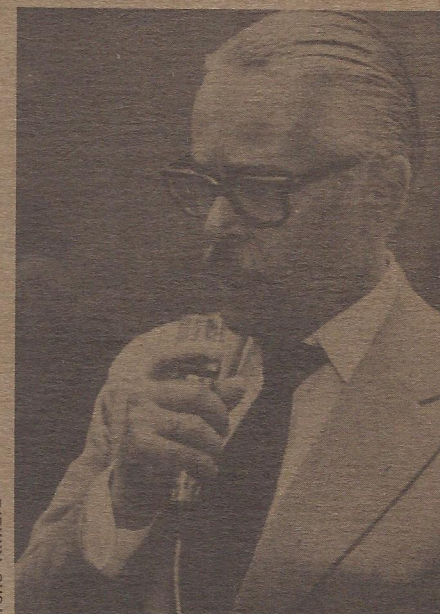
para urbanistas e arquitetos. O programa não pode ser pequeno e sim muito ambicioso, no qual tenhamos possibilidade de ir solucionando os problemas de habitação integradamente aos de urbanismo. A necessidade desse tipo de profissional é e será muito grande, pois iremos absorver muita mão-de-obra, seja através do Estado ou através das empresas que iremos contratar para executar projetos e planos diretores.

Arquiteto — Quais os planos para a solução do problema dos trabalhadores rurais que moram na cidade, os chamados "bóias-frias"?

Baldacci — Este é um problema realmente difícil no interior. Ele é um homem que nem tem renda para declarar, vivendo do subemprego e marginal aos grandes centros, ou melhor, a todos os centros, com renda familiar totalmente inconstante. Não tem emprego fixo, a não ser trabalhos rurais esporádicos, como limpezas e colheitas. Fizemos um levantamento

em alguns municípios, a título de projeção de dados, e descobrimos que este homem recebe 3/4 do salário mínimo. Portanto, os compromissos que poderia assumir são menores ainda que os do operário de salário mínimo.

Assim, a casa para o "bóia-fria" dentro de programas normais é impossível. Será preciso doar o terreno e a infra-estrutura, além de ganhar o apoio das comunidades. As prefeituras também precisam participar e, provavelmente, teremos de usar uma mão-de-obra espontânea, ou a do próprio beneficiário, para obter uma redução de custos compatível. Faremos experiências desse tipo em Jaú, Bebedouro, Botucatu, Votuporanga e Ubatuba. Nesta cidade, ou melhor, no litoral, ocorre um fenômeno diferente do "bóia-fria". Lá é o caçara, o pescador, que está sendo desalojado das praias e se favelando nas cidades. Todos esses aspectos serão abordados em experiências-piloto que difundiremos a todo o Estado.



Como evitar as pressões sobre a grande cidade

Arquiteto — Qual o papel da Secretaria dos Negócios Metropolitanos na condução de soluções ao problema habitacional em São Paulo?

Cerqueira Cezar — Coordenar os esforços para a implantação de uma política de urbanização na Grande São Paulo, tendo em vista que 70% da demanda habitacional do Estado estão localizados na região metropolitana, a Grande São Paulo. Uma política realmente abrangente para a melhoria da situação habitacional implica na mobilização de várias áreas de atuação, desde o governo federal, estadual e governos municipais, até a iniciativa privada, surgindo daí a necessidade de coordenação dessas áreas de atuação para que não resultem ações dispersivas ou contraditórias.

Arquiteto — A secretaria forneceria diretrizes globais ao plano de habitação, no enfoque metropolitano?

Cerqueira Cezar — Exatamente. Diretrizes de como essa política habitacional deverá ser dirigida, também no sentido de induzir um desenvolvimento urbano mais adequado e mais correto para a região toda.

Arquiteto — O que seria esse "mais adequado"? A pergunta nos remete para o fenômeno da supermetrópole. Seria viável uma política em favor da contenção desse crescimento?

Cerqueira Cezar — A orientação no sentido de conter o crescimento urbano já é uma premissa definida, inclusive em posições do governo atual. O governo federal, através do II PND, já definiu como um dos seus objetivos promover a contenção do crescimento excessivo de certos núcleos urbanos, entre os quais São Paulo. Essa premissa é clara. Mas não podemos esquecer que apesar dessa necessidade de conter o crescimento já existe uma demanda, um déficit habitacional violento na região

da Grande São Paulo, que precisa ser suplementado. Não podemos pensar em conter o crescimento exagerado condenando parcela considerável da população a morar em condições sub-humanas. Precisamos atender essa demanda já existente e, paralelamente, adotar medidas para que o crescimento da região metropolitana não continue se processando como hoje. Mas tal não deve ser feito através da diminuição dos padrões de atendimento da população. Devemos, sim, adotar medidas realmente racionais: diversificar o crescimento nacional, de forma a que a pressão do crescimento não se exerça exclusivamente sobre umas poucas regiões, mas de uma maneira mais harmônica e mais bem equilibrada.

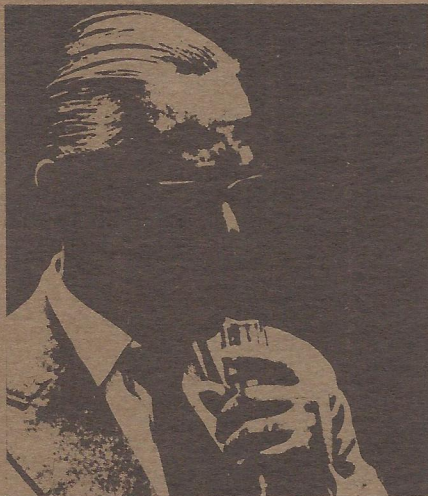
Arquiteto — Como a secretaria vê a questão habitacional?

Cerqueira Cezar — A solução do problema habitacional não é construir casas e sim criar condições de vida adequada, em que as moradias são apenas um dos elementos. Mas essas habitações têm de ser colocadas em

um local onde haja possibilidade de acesso, dotadas de serviços de infraestrutura básicos — água, luz, telefones, transportes, esgotos, etc. Casas colocadas em uma condição favorável em relação aos locais de trabalho e às ofertas de emprego. Há todo um contexto a considerar, tal como facilidades educacionais para os filhos e recreacionais para toda a família. Trata-se de todo um contexto, criando-se um ambiente de vida e não simplesmente colocar um teto em cima da cabeça da pessoa.

Arquiteto — Como chegar a isso, tendo em vista a especulação imobiliária?

Cerqueira Cezar — A especulação imobiliária tem sido uma boa desculpa para justificar uma falta ou empenho real da administração para solucionar o problema da habitação. Evidentemente a especulação existe, está aí, e não podemos fugir dela. É uma contingência do próprio regime capitalista em que vivemos. O que deve ser feito, então, é adotar medidas para orientar essa especulação



imobiliária de forma a colaborar na solução do problema e não simplesmente combatê-la, o que seria uma luta quixotesca contra moinhos de vento. Haverá um desgaste recíproco da administração pública contra as forças e os interesses privados, onde não se resolverá nada e somente será agravado o problema.

Arquiteto — Qual a perspectiva, dentro dos estudos de política habitacional, com que se encaram as concentrações de mão-de-obra e os grupos populacionais desqualificados que não estão sendo admitidos dentro do mercado de trabalho nas áreas periféricas da Grande São Paulo?

Cerqueira Cezar — Os dados que nós temos, até hoje, sobre a marginalização da população migrante na área metropolitana levam a conclusões um pouco mais otimistas. Esse estudo — o Diagnóstico 75, feito a pedido do atual governo estadual durante o segundo semestre do ano passado — revelou que de fato a absorção e a adaptação do migrante em São Paulo processa-se em um ritmo extraordinariamente alto. O migrante nunca leva mais que dez anos para atingir um nível sócio-econômico igual ao habitante de sua camada social, o operário. Isso significa que ele tem um processo de progresso e de adaptação ao ambiente urbano extremamente rápido e dinâmico. Na realidade, em São Paulo o favelado é um estágio passageiro da vida do migrante, que normalmente evolui para um nível e um "status" maior. Não existe o favelado crônico em São Paulo, como há em outras cidades. O que há é um estágio de adaptação, onde o migrante evolui num tempo relativamente curto para uma situação social superior. Esta é uma constatação extremamente favorável que permite formular com certo otimismo certas políticas de desenvolvimento urbano, especialmente na região periférica. Constatada essa possibilidade da população migrante se adaptar e evoluir mediante um pequeno esforço da administração pública, é bem provável que se consigam introduzir melhorias consideráveis para a chamada periferia desassistida.

Arquiteto — Qual a relação entre o sistema de transportes — com diver-

sos organismos atuando — e o problema habitacional?

Cerqueira Cezar — Primeiro que tudo, pensa-se — e é uma decisão inclusive do governo federal — em tratar o transporte de uma forma integrada, isto é, reunir sob uma autoridade única e sob uma decisão de âmbito metropolitano toda a definição de uma política de transportes e da operação de um sistema de transportes para toda a região. A atual situação dispersa no campo dos transportes — onde há várias áreas de decisão — deve acabar. Isto, naturalmente, possibilitará integrar a solução do problema dos transportes em função do desenvolvimento urbano e da solução do problema habitacional.

Arquiteto — As taxas de crescimento para São Paulo são altíssimas. Não haveria um processo de contenção "natural" desse crescimento, em função do menor afluxo de mão-de-obra, atraída para outros pólos de desenvolvimento no país?

Cerqueira Cezar — Já existe de fato essa contenção. O levantamento mais recente na área metropolitana de São Paulo indica um índice de crescimento de 5,52% ao ano, um índice menor do que o verificado na década anterior, que foi de 5,9%. Quer dizer que já se nota nesta última década um ligeiro decréscimo em relação aos 10 anos anteriores. É possível que isto seja um resultado ocasional e que no futuro novos índices revelem novo aumento. Eu pessoalmente sou otimista e creio que se deverá acentuar essa queda na taxa de crescimento da região metropolitana. Existe já uma série de medidas, tomadas não só em relação a uma política de contenção na região metropolitana, mas também de desenvolvimento de outros pólos, que logo devem começar a surtir efeitos. Acredito que os próximos dados evidenciarão uma tendência à queda da taxa de crescimento demográfico. Se isso não acontecer, então deverão ser adotadas diversas outras medidas para obter esse decréscimo, porque da maneira como está não é possível continuar...

Arquiteto — Quais seriam as diretrizes e as hipóteses de trabalho para orientar um estudo sobre localização de áreas para construção habitacional?

Cerqueira Cezar — Primeiro que tudo, aproveitar os chamados vazios urbanos. Existe — e é uma constatação que fizemos na Prefeitura, na COGEP, em 1971 e 1972, quando foi feita a Lei do Zoneamento — cerca de metade da área urbana de São Paulo vazia. Explicando melhor: na época, havia possibilidade — para uma população que era de seis milhões de habitantes no município da capital — de colocar mais seis milhões de habitantes dentro da área já urbanizada, sem acrescentar ou aprovar um lote novo e sem aumentar as médias já existentes nos índices de habitação. Isso poderia ocorrer simplesmente ocupando os vazios. Portanto, existe uma quantidade

enorme de áreas dentro da zona urbana com uma situação favorável quanto a transportes, água, esgoto, ou pelo menos não piores do que o resto da cidade. Simplesmente elas estão inaproveitadas ou aguardando valorização, ou porque a população mais pobre necessita ir para mais longe para comprar terrenos mais baratos. Uma das opções que me parece temos de enfrentar é oferecer essas áreas já em condições de serem ocupadas, desestimulando a procura de locais mais distantes e mais baratos. Isso futuramente geraria para a administração pública ônus mais pesados, para levar até aqueles terrenos os serviços públicos necessários, que faltam hoje mas que terão que ser instalados algum dia. Quando tais áreas tiverem um índice de ocupação razoável imediatamente se desencadeará uma pressão para levar até lá os serviços urbanos básicos. Parece mais lógico pagar mais caro ou pagar alguma coisa para que o morador de pouco poder aquisitivo possa comprar os terrenos que já têm melhoramentos, e não deixar para gastar mais tarde na extensão dos serviços públicos.



Arquiteto — Qual sua opinião sobre a taxação diferencial sobre terrenos desocupados e congelados na mão de particulares para fins de especulação imobiliária, visando a desestimulá-la?

Cerqueira Cezar — Seria uma das soluções. Mas não creio que a única. A outra seria oferecer incentivos aos compradores de terrenos dotados de melhoramentos públicos de tal forma que eles acabem se tornando competitivos em termos de preços com os terrenos periféricos, sem a necessidade de se penalizar. A taxação, a repressão, sempre geram uma reação pouco prática e eficiente.

Arquiteto — Como estão sendo consideradas as áreas deterioradas nesse planejamento habitacional?

Cerqueira Cezar — O problema da falta de moradias tem de ser encarado em todas suas formas e aspectos. Não podemos esquecer a experiência acumulada que mostra que apenas com um só tipo de providência não se resolverá a questão. O problema das áreas deterioradas é um dos itens considerados: a melho-

ria das construções já existentes. Semanas atrás a Sabesp, por determinação do governo do Estado, realizou um levantamento das medidas necessárias para a melhoria das condições de saneamento básico da população: levar água à maior parte possível da população. Um dos obstáculos detectados foi este: uma boa parte das habitações existentes e que teriam condições teóricas de ser atendidas pelo serviço de água num curto prazo de tempo nem sequer tem instalações domésticas de encanamento. Portanto, este é um problema a ser resolvido. Não adianta nada colocar água em certas áreas da cidade porque a maior parte das residências não tem encanamento e instalações próprias.

A melhoria dessas moradias, para torná-las aptas a receber certos implementos básicos, é uma das frentes que têm de ser atacadas. Outra seria, digamos, o incentivo e a colaboração à autoconstrução. Não podemos esquecer que a maior parte do crescimento da cidade é feita dessa forma. É o operário, o trabalhador, que compra um terreno com suas próprias economias, mal localizado, e que depois constrói a sua casa própria com a ajuda de amigos, de mutirões, etc. Ele faz um cômodo ou dois e vai crescendo, até ter uma casa conforme sua necessidade. Esse tipo de esforço é um dos grandes triunfos na solução habitacional e tem de ser bem aproveitado. Evidentemente a maioria das habitações é feita por pessoas sem noções de construção, de higiene, de nada, mas é feita como eles podem e como sabem, originando às vezes verdadeiros aleijões.

Com alguma assistência técnica e com algum auxílio talvez se pudesse dinamizar essa potencialidade, com a vantagem de vincular o dono da casa ao movimento. Esta é uma das frentes que é preciso atacar decisivamente, sem esquecer os outros recursos que devem ser utilizados, desde os tradicionais empréstimos, financiamentos a firmas construtoras, imobiliárias, que possam produzir e pôr casas à venda, mas que até agora ocorre somente para as faixas de nível econômico mais elevado.

Arquiteto — Como está sendo encarado o problema? O clima é de otimismo?

Cerqueira Cezar — Eu vejo com otimismo à medida em que existem forças vivas que podem ser aproveitadas... temos que usar aquilo que o presidente Geisel chamou de imaginação criadora e trabalhar. Não partir de idéias pré-concebidas ou posições definidas e acirrar antagonismos. Se todos trabalharmos com espírito aberto, aceitando a colaboração de todos, conseguindo dinamizar essa colaboração, procurando não contrariar tendências naturais, mas ao contrário dirigi-las para as soluções, não vamos resolver tudo, pois aí seria muito otimismo, mas pelo menos melhorar muito, o que já é um bom resultado.